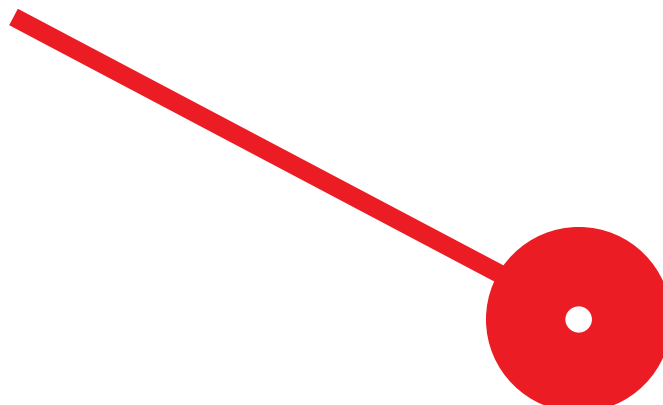


INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
AUDITORIA

A Importância da
Auditoria para o Setor
Bancário
João Moreira

06/2022



João Moreira
A Importância da Auditoria para o setor Bancário
06/2022

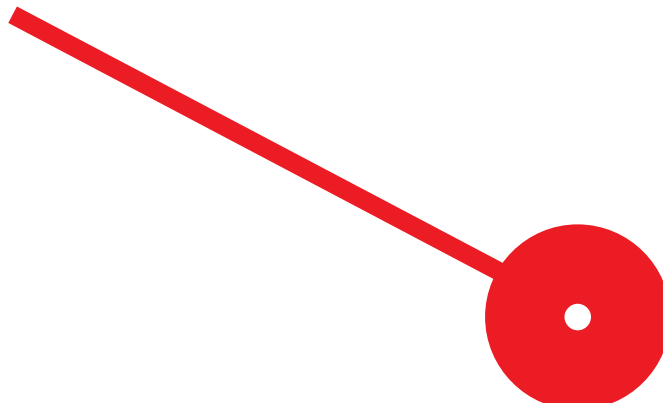
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
AUDITORIA

A Importância da Auditoria para o Setor Bancário

João Moreira

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do grau
de Mestre em Auditoria, sob orientação da
Professora Doutora Alcina Portugal Dias.**



Agradecimentos

A realização da presente dissertação de Mestrado é o culminar de um árduo e longo percurso académico envolto na aquisição de novos conhecimentos, comutações de experiências e novas pessoas que me ajudaram a enriquecer este mesmo percurso juntamente com o apoio incondicional da família e, sem sombra de dúvida, dos excelentíssimos professores.

Desta forma, gostaria de agradecer a todos os que me acompanharam desde o início desta jornada, professores, amigos, família e a todos os que contribuíram para o meu sucesso seja direta ou indiretamente.

De todos os envolvidos, um especial agradecimento à minha mãe Celeste Moreira, à minha avó Celeste Dias e ao meu avô Abílio Dias pois sempre me acompanharam e sempre acreditaram em mim mesmo quando eu pensava ser impossível. Tudo o que sou hoje é graças a eles e sem eles nada disto era impossível.

À minha família pelo apoio incondicional ao longo desta caminhada, motivação e inspiração.

À Exma Professora Doutora Alcina Portugal Dias, pelo seu constante apoio, empenho, disponibilidade, pelos sábios conselhos transmitidos ao longo deste percurso e principalmente paciência para comigo.

A todos os meus amigos, pela motivação, inspiração e amizade transmitida ao longo deste período.

A todos, o meu muito obrigado!

Resumo:

Num cenário marcado pela instabilidade e globalização da economia, as entidades encontram-se, cada vez mais, expostas a uma grande diversidade de riscos que colocam em causa os objetivos pré-estabelecidos, existindo por isso vários interessados na produção e no uso de demonstrações financeiras auditadas. Neste contexto, a atividade de Auditoria assume um importante papel para os *stakeholders*, uma vez que, através de um processo de recolha de provas, procura atestar as várias asserções incluídas nas demonstrações financeiras.

Neste sentido, o objetivo desta dissertação passa por evidenciar a importância do processo de auditoria na gestão do risco, nomeadamente o risco de fraude, no delinear da estratégia de negócio e na condução dos trabalhos para a concretização dos objetivos das instituições financeiras e, demonstrar a importância do sistema de controlo interno e do controlo externo neste processo e como parte fundamental na mitigação do risco.

Este tema tem especial relevância na sequência dos escândalos financeiros não só ocorridos em Portugal como noutros países, acabando por ter impacto negativo nas Economias.

As diferenças de expectativas criadas entre o que os *stakeholders* acham ser as responsabilidades e funções dos auditores e as que de facto são atribuídas à profissão dos mesmos, assume-se como um dos principais temas, aquando da ocorrência de fraude. A perda de confiança dos investidores é afetada em grande escala não só por práticas fraudulentas, como também pelo conhecimento do auditor na deteção e mitigação do risco de fraude.

Através da metodologia utilizada, o método quantitativo, sendo um método objetivo e sistemático no qual os resultados são obtidos através de dados numéricos pela análise e descrição das relações causa/efeito foi possível dar veracidade ao estudo realizado, assim como entender a opinião dos Auditores relativamente a este tema o que ajudou a determinar que a função do auditor confere credibilidade às demonstrações financeiras caso tenham as condições necessárias para a execução das suas tarefas assim como o ato fraudulento dentro das instituições bancárias poderá estar na origem de uma crise financeira que, por sua vez, poderá afetar a Economia, sendo as pessoas as mais prejudicadas por esta situação.

O modelo de análise utilizado permite explicar de que modo se interrelacionam as hipóteses de análise, de forma a dar respostas às questões em estudo, refletindo a importância do Auditor para a deteção e combate à fraude num setor tao importante como é o setor bancário.

A pesquisa bibliográfica efetuada para a realização desta dissertação acompanha a revisão da literatura dos temas abordados e, foi elaborada com o apoio de livros, artigos, web sites, normas e estudos.

A presente investigação, foi realizada através de um questionário dirigido aos Revisores Oficiais de Conta, Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e Auditores internos, com o intuito de compreender a relevância da auditoria na gestão dos riscos das instituições financeiras.

Palavras chave: Auditoria, Instituições Financeiras, Fraude, Economia.

Abstract:

In a scenario marked by economic instability and globalization, entities are increasingly exposed to a wide range of risks that call into question pre-established objectives, and there is therefore a wide variety of stakeholders interested in the production and use of audited financial statements. In this context, auditing plays an important role for stakeholders, since, through a process of gathering evidence, it seeks to attest to the various assertions included in the financial statements.

In this sense, the goal of this dissertation was to highlight the importance of the audit process in risk management, namely fraud risk, in outlining the business strategy and conducting the work to achieve the objectives of financial institutions, and to demonstrate the importance of the internal and external control systems in this process and as a fundamental part in risk mitigation.

This theme has special relevance following the financial scandals that have occurred not only in Portugal but in other countries, ending up having a negative impact on the economy.

The different expectations created between what stakeholders think are the responsibilities and functions of auditors and what in fact are attributed to the audit profession, is one of the main issues when fraud occurs. The loss of investor confidence is greatly affected not only by fraudulent practices, but also by the auditor's role in detecting and mitigating fraud risk.

Through the methodology used, the quantitative method, being an objective and systematic method in which the results are obtained through numerical data by the analysis and description of the cause/effect relationships it was possible to give veracity to the study carried out, This helped us to determine that the function of the auditor gives credibility to the financial statements if they have the necessary conditions for the execution of their tasks, and that fraudulent acts within banking institutions may be at the origin of a financial crisis that, in turn, may affect the economy, with the people being the most affected by this situation.

The analysis model used allows us to explain how the hypotheses of analysis are interrelated, in order to give answers to the questions under study, reflecting the importance of the Auditor for the detection and combat of fraud in such an important sector as the banking sector.

The bibliographical research carried out for this dissertation follows the literature review of the topics addressed, and was prepared with the support of books, articles, web sites, regulations and studies.

This work, was carried out through a questionnaire directed to the Statutory Auditors, Statutory Audit Firms and Internal Auditors, in order to understand the relevance of auditing in the risk management of financial institutions.

Key words: Auditing, Financial Institutions, Fraud, Economics.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA.....	4
1 A Auditoria	4
1.1 Auditoria Interna VS Auditoria Externa.....	5
1.2 A importância da Auditoria para o Mundo Empresarial	5
1.3 A Auditoria e a Gestão dos Riscos	6
1.3.1 O Risco	6
1.3.2 Tipos de Risco de Auditoria	7
1.3.3 Gestão dos Riscos.....	8
1.4 A Fraude	8
1.4.1 A Auditoria e a Fraude	9
1.4.2 O papel do Auditor no combate à fraude.....	10
2 O Setor Bancário	11
2.1 Conceito Geral.....	11
2.2 Tipos de Instituições do Setor Bancário	12
2.3 A Importância do Setor Bancário para a Economia	15
2.4 Tipos de Fraude nas Instituições Financeiras	16
2.5 Outros Mecanismos de Fraude Financeira	17
2.6 Os impactos da Fraude na Economia	20
3 Questões de Investigação	21
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	24
4 Metodologia.....	24
4.1 Análise Quantitativa	25
4.1.1 Hipóteses de Investigação	25
4.1.2 A relação entre as Questões e as Hipóteses de Investigação.....	26
4.2 Modelo de análise.....	28

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO	31
5 Elaboração do Questionário.....	31
6 Recolha de Dados	32
6.1 Definição da Amostra.....	32
6.2 Caracterização da amostra.....	33
7 Apresentação da Interpretação de Resultados	37
CONCLUSÃO.....	58
Limitações do estudo	59
Pistas para investigações futuras	60
Referências Bibliográficas	62
APÊNDICES	66
Apêndice I – Questionário	66
Apêndice II – Email OROC.....	75
Apêndice III – Email OCC	76

Índice de Figuras

Figura 1 - Tipo de Instituições Financeiras	12
Figura 2 A relação entre as Questões e as Aserções de Investigação	28
Figura 3 - Modelo de análise	28

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Classificação e quantificação da amostra.....	33
Gráfico 2: Género	33
Gráfico 3- Idade.....	33
Gráfico 4: Habilitações Literárias.....	34
Gráfico 5: Área de formação	35
Gráfico 6- Atividade Profissional.....	35

Gráfico 7: Experiência Profissional.....	36
Gráfico 8: A função de um auditor é essencial tanto para atingir os objetivos da entidade como para demonstrar transparência perante os interessados?	37
Gráfico 9: Os auditores são independentes nos exercícios das suas funções ou têm condições para tal?.....	39
Gráfico 10: Principais ameaças à independência do auditor.	39
Gráfico 11:O auditor é o principal agente na deteção de fraude?	41
Gráfico 12: Quanto maior forem os honorários que os auditores recebem comparado com a concorrência, maior será a probabilidade de emitirem uma certificação legal de contas não modificada.	42
Gráfico 13: A separação total dos serviços de auditoria dos serviços de contabilidade, e a rotação dos auditores através de limitação temporal é uma das formas de reduzir o risco de fraude?	43
Gráfico 14: Das variáveis que se apresentam, qual a que considera mais preponderante à prática de um ato fraudulento, na tomada de decisão?	44
Gráfico 15: Qual a fraqueza de controlo que considera mais importante para a ocorrência de fraude?	45
Gráfico 16: Já auditou uma instituição financeira?	46
Gráfico 17: Numa instituição financeira, os órgãos de administração poderão exercer influência na opinião emitida pelo Auditor?	47
Gráfico 18: A criação de um organismo independente ao órgão de gestão para remunerar os auditores, poderá prevenir influências externas na opinião emitida?	48
Gráfico 19: Os paraísos fiscais, sendo países, regiões ou territórios com tributações privilegiadas serão locais facilitadores para a ocorrência de fraude?.....	51

Índice de Tabelas

Tabela 1: Questão 7	37
Tabela 2: Questão 8 e questão 9	38
Tabela 3: Questão 10, 11, 12	41
Tabela 4: Questão 13 e 14	44
Tabela 5: Questão 15, 16 e 17	46
Tabela 6: Questão 18, 19 e 20	49
Tabela 7: Questão 21 e 22	52

Tabela 8: Questão 23	54
Tabela 9: Confirmação do modelo de análise	55

Lista de abreviaturas

IIA - *Institute of Internal Auditors*

COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

ISA - *International Standard on Auditing*

BP- Banco de Portugal

ROC - Revisor Oficial de Contas

SROC - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

AI - Auditoria Interna

AE - Auditoria Externa

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna

IFM - Instituições Financeiras Monetárias

IFNM - Instituições Financeiras não Monetárias

OIFM - Outras Instituições Financeiras Monetárias

BCE - Banco Central Europeu

SGPS - Sociedades Gestoras de Participações Sociais

SPE - *Special Purpose Entities*

FMM – Fundos de Mercado Monetário

BES – Banco Espírito Santo

GES – Grupo Espírito Santo

Fed – *Federal Reserve Board*

OCC – Ordem dos contabilistas certificados

ESI – *Espírito Santo International*

CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O setor bancário é um dos setores mais importantes para a economia. É através deste setor que muitas pessoas iniciam os seus projetos via financiamentos (para necessidades pessoais, empresariais, entre outras) e onde muitos guardam as suas poupanças de uma vida de trabalho. Por estas razões, a auditoria (tanto interna como externa) é de extrema importância para este setor.

A importância do sistema de controlo tem sido um tema cada vez mais discutido, designadamente pela constante mutação do sistema empresarial e pela complexa globalização das economias. Essa globalização, nomeadamente no setor bancário, tem levado as instituições bancárias a procurar novas formas de enfrentar e gerir riscos, principalmente os riscos de fraude, que, infelizmente, continuam a ser um tema da atualidade.

Esta dissertação compreende um estudo que analisa a eficácia dos mecanismos de Auditoria no controlo da gestão dos riscos nas Instituições Financeiras com ênfase nos riscos de fraude no setor bancário. Devido à complexidade do setor bancário, as funções do Auditor são de extrema importância para monitorizar o comportamento dos gestores e as características como a estrutura acionista, composição do Conselho de Administração assim como na análise do risco de fraude para evitar as repercussões para a economia.

Deste modo, com a elaboração deste estudo, pretende-se clarificar a importância da Auditoria para este setor assim como as implicações do risco de fraude e compreender quais as consequências para a economia de uma entidade e até mesmo de um país.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1 A Auditoria

O conceito de auditoria quando analisado isoladamente assume um carácter genérico e corresponde a uma análise mais ou menos exaustiva de um ou mais elementos que caracterizam a situação de uma determinada organização. Essa análise é feita por regra por uma entidade externa à organização em causa no sentido de lhe conceder um desejável carácter de independência. O caso mais típico de auditoria é a chamada auditoria financeira ou contabilística.

A auditoria financeira consiste, genericamente, na análise exaustiva da informação financeira de uma determinada organização, efetuada por uma entidade qualificada e independente, com o objetivo de avaliar se a referida informação traduz de forma correta e fidedigna a posição financeira dessa organização no período considerado e no âmbito das regras vigentes na sociedade onde ela se insere. As entidades encarregues de efetuar as auditorias financeiras estão sujeitas a regras específicas, nomeadamente no que respeita à sua conduta ética e deontológica.

A informação financeira das organizações, que é preparada naturalmente pelos seus órgãos internos competentes, assume uma importância fulcral para um conjunto de entidades, facto que acentua a importância das auditorias financeiras como forma de garantir a veracidade dos dados em causa. As demonstrações financeiras (nomeadamente os mapas contabilísticos fundamentais, demonstração de resultados e balanço) são a fonte da tomada de decisões por entidades ligadas à organização, como sejam os investidores, os trabalhadores, os financiadores, os fornecedores, os clientes, o Estado, ou mesmo o público em geral. Neste contexto, o facto de a informação ter sido eventualmente alvo de uma auditoria financeira é claramente um fator de confiança para todas as entidades referidas.

De acordo com Morais e Martins (Morais, G & Martins, I., 2013), “a Auditoria é o processo sistemático de objetivamente obter e avaliar prova acerca da correspondência entre informações, situações ou procedimentos e critérios preestabelecidos, assim como comunicar conclusões aos interessados”.

Segundo conceitua Franco e Marra (Franco H & Marra, E., 2001): “A auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações financeiras deles decorrentes.”

1.1 Auditoria Interna VS Auditoria Externa

O conceito de auditoria, analisado isoladamente, assume um carácter genérico e corresponde a uma análise exaustiva de um ou mais elementos que caracterizam a situação de uma determinada organização.

A auditoria interna é uma atividade independente e de consultoria que se destina a acrescentar valor e a melhorar a operacionalidade de uma organização, que acompanha os métodos internos e avalia a eficácia dos processos e de gestão de risco, governo das sociedades e controlo interno.

O *Institute of Internal Auditors* (IIA, 2017) definiu oficialmente a função de auditoria interna como "uma atividade independente e objetiva de garantia e consultoria concebida para acrescentar valor e melhorar o funcionamento de uma organização". O IIA afirma ainda que a auditoria interna assiste uma organização na realização dos seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar os processos eficazes de gestão, controlo e governação do risco.

A auditoria externa é uma auditoria às demonstrações financeiras “com a finalidade de aumentar o grau de confiança dos utentes destinatários das demonstrações financeiras” (ISA 200). O auditor emite uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas corretamente, em todos os aspetos materiais, e se estas transmitem uma imagem verdadeira e apropriada sobre a organização. É da responsabilidade do auditor assegurar o cumprimento de todas as informações relevantes legais, regulamentares ou profissionais.

1.2 A importância da Auditoria para o Mundo Empresarial

Grandes empresas começaram a implementar nas suas organizações o processo de auditoria com a finalidade de trazer melhorias para o controlo interno e garantir eficiência e eficácia na gestão da empresa. O auditor observa a exatidão, integridade e autenticidade de tais demonstrações, procedimentos e documentos, tendo como objetivo a verificação geral das contas de uma empresa, para determinar a sua posição financeira e o resultado das suas operações, com o fim de comunicar o resultado do exame aos proprietários, acionistas, gerentes, conselheiros, bolsas e outros órgãos oficiais, como também a prováveis futuros investidores ou compradores ou a quaisquer outros interessados.

Conforme (Almeida, M.C., 2003) indica, com a expansão dos negócios sentiu-se a necessidade de dar maior atenção às normas e aos procedimentos internos. Isso decorreu devido ao facto do administrador e, em alguns casos, o proprietário da empresa, não poder supervisionar pessoalmente todas as suas atividades. No entanto, da nada valeria a implantação de quaisquer procedimentos internos sem que houvesse um acompanhamento para verificar se os mesmos eram seguidos pelos colaboradores da empresa.

O mesmo autor refere ainda que a auditoria interna é de grande importância para as organizações, uma vez que ajuda a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, serve de ferramenta de apoio à gestão e transmite informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas.

Neste sentido, o papel do auditor é fundamental no apoio ao sucesso das organizações pois desempenha uma função de consultor e ajuda na identificação dos riscos, sendo que a sugestão de métodos e estratégias que possibilitem a melhoria do desempenho organizacional dentro do setor económico é um dos seus deveres enquanto profissional.

1.3 A Auditoria e a Gestão dos Riscos

1.3.1 O Risco

Um risco é um evento ou condição incerta que, se ocorrer, causará um efeito negativo ou positivo nos objetivos da entidade.

O risco é definido em termos financeiros como a hipótese de um resultado ou os ganhos reais de um investimento diferirem de um resultado ou retorno esperado. O risco inclui a

possibilidade de perder parte ou a totalidade de um investimento original. Quantitativamente, o risco é geralmente avaliado considerando os comportamentos e resultados históricos.

A Auditoria através da sua atuação regular da eficácia dos controlos internos tem um papel importante na avaliação da eficácia da gestão de risco na organização. As avaliações dos diferentes riscos ajudam o auditor a definir o seu plano de trabalho, determinando quais são as áreas de maior risco e, portanto, as que devem ser analisadas primeiro.

A norma ISO 31000 define risco como sendo o efeito da incerteza sobre os objetivos delineados pela organização.

“O risco é a possibilidade de um evento ocorrer que possa ter impacto na consecução de objetivos de qualquer entidade/organismo” (*IIA International Professional Practices Framework IPPF*)

1.3.2 Tipos de Risco de Auditoria

Para os órgãos de gestão, cujo objetivo é a maximização de resultados, o risco surge da possibilidade dos resultados serem diferentes dos esperados. Para a auditoria, o risco do revisor/auditor é dar uma opinião de revisão/auditoria “limpa” quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas.

De acordo com a norma, existem quatro componentes do risco:

- **Risco inerente:** O risco inerente é o risco representado por um erro ou omissão numa demonstração financeira devido a um fator diferente de uma falha de controlo interno. Numa auditoria financeira, o risco inerente é mais provável de ocorrer quando as transações são complexas ou em situações que requerem um alto grau de julgamento em relação às estimativas financeiras. Esse tipo de risco representa o pior cenário, pois todos os controlos internos em vigor falharam;
- **Risco de controlo:** O risco de controlo refere-se às limitações do controlo interno; o que são; em que circunstâncias ocorrem e o que deve o auditor fazer.
- **Risco de deteção:** É o risco de os procedimentos substantivos executados pelo ROC não detetarem distorções materialmente relevantes individuais ou agregadas;

- **Risco de negócio:** É o risco associado à gestão de exploração da empresa.

1.3.3 Gestão dos Riscos

O risco pode ser definido como algo que, podendo ocorrer, terá um impacto negativo na missão e objetivos delineados pelas empresas. A maneira como as empresas lidam e gerem os riscos é fundamental para a prossecução dos seus objetivos.

Segundo o COSO, “*Committee of Sponsoring Organizations*” a Gestão de Risco é:

“Um processo conduzido numa organização pelo conselho de administração, direção e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco da organização e possibilitar uma garantia razoável de cumprimento dos seus objetivos. (COSO, 2007)”.

De acordo com o IIA, “*Institute of Internal Auditors*”:

“O principal papel da auditoria interna no processo de gestão do risco é fornecer segurança objetiva acerca da eficácia das atividades de gestão do risco das organizações, contribuir para assegurar que os principais riscos da atividade estão a ser geridos de forma apropriada e que os sistemas de controlo interno estão a funcionar eficazmente.” (IIA, 2017).

A gestão de riscos é um elemento fundamental na estratégia de qualquer organização, este é um processo através do qual as empresas analisam sistematicamente os riscos inerentes aos seus procedimentos, com o objetivo de atingirem uma vantagem em cada atividade em que estejam envolvidas e no conjunto de todas as suas atividades.

O ponto chave de uma boa gestão de riscos é a identificação e tratamento destes. O seu objetivo é o de acrescentar valor às atividades das empresas e interpretar os possíveis aspetos positivos e negativos de todos os fatores que podem afetar as empresas.

1.4 A Fraude

A fraude é deliberada e intencional, tendo como intuito a vantagem e ganhos pessoais ou empresariais em prol de desvantagens e perdas, para outrem.

A ISA 240 esclarece que o que define se é ou não fraude é o facto de a ação ser intencional ou não intencional. Fraude é um ato praticado intencionalmente, por pessoas dentro da sociedade ou por terceiros com fim de obter benefícios injustos e ilegais. Uma fraude é uma ação que é contrária àquilo que é verdade, ao que é justo, e a tudo o que seja correto e honesto.

Para (Singleton, T. W., e Singleton, A.J., 2010) “fraude é um termo genérico, envolve todos os meios que o ser humano pode inventar, que são usados por indivíduos, para obter uma vantagem por meios ou representações falsas. Não pode ser estabelecida uma regra definitiva e invariável na definição de fraude porque esta inclui surpresa, truques, destreza e formas injustas pelas quais o outro é enganado. Os únicos limites que definem a fraude são os que limitam a maldade humana”. Os autores reconhecem ainda que nos dias de hoje o entendimento do que é a fraude passa pela desonestidade de forma intencional ou falsa representação de um facto material.

O (Instituto Português de Auditoria Interna., 2009) indica que a fraude é definida por “Quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. Estes atos não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física. As fraudes são perpetradas por partes e organizações a fim de se obter dinheiro, propriedade ou serviços, para evitar pagamento ou perda de serviços, ou para garantir vantagem pessoal ou em negócios.”

1.4.1 A Auditoria e a Fraude

Ao longo do tempo, o alcance dos objetivos da auditoria passa pela deteção de fraude.

A execução do trabalho de auditoria requer que o auditor exerça o julgamento profissional e identifique e avalie os riscos de distorção material ao nível das demonstrações financeiras, quer devido a fraude ou a qualquer outro tipo de erro. Esta avaliação é feita com base no conhecimento da entidade e do seu ambiente, incluindo o controlo interno. Ao exercer o julgamento profissional, o auditor deve ter em atenção a complexidade das transações e se o risco é um risco de fraude.

A análise do risco de fraude em auditoria tem como objetivo: fazer uma verificação geral, até onde for possível, das contas da empresa de modo a determinar a sua posição financeira, o resultado das suas operações e a integridade dos seus administradores, com

o fim de comunicar os resultados do seu exame aos proprietários, acionistas, gerentes, bolsas e *stakeholders*; determinar se houve uma prestação justa de contas do património e se os seus negócios foram convenientemente administrados para satisfação do público, doadores, entre outros, como no caso das entidades públicas, beneficentes, religiosas ou educacionais; fixar os lucros ou prejuízos de um negócio, para comunicação aos interessados; determinar custos, inventários, perdas por sinistros e demais casos especiais; descobrir fraudes; averiguar a dimensão da fraude descoberta; impedir a fraude.

1.4.2 O papel do Auditor no combate à fraude

O papel do(s) auditor(es) no combate à fraude é uma questão central na problemática das diferenças de expectativas em auditoria. As principais questões estão associadas ao desempenho do auditor relativamente à fraude e a responsabilidade do mesmo em detetá-la, quer isto dizer que se o auditor emite uma opinião não modificada sobre as demonstrações financeiras e pouco tempo depois a entidade é declarada como insolvente, o papel e utilidade do auditor são postos em causa.

O AICPA, após os escândalos financeiros, emitiu em 2002 a *Statement on Auditing Standards (SAS) nº 99 – «Consideration of fraud in a financial statement audit»*. Comparando com a norma imediatamente anterior, SAS nº 82 de 1997, a SAS nº 99 não especifica o grau de responsabilidade do auditor, continuando a não lhe atribuir a responsabilidade primária pela deteção de fraudes.

Singleton et al. (2006) salienta que a linha de orientação da SAS nº 99 é o trabalho de reflexão e avaliação inicial, na fase de planeamento dos esquemas de fraude que podem ocorrer e do nível de risco de cada um deles.

O mesmo autor salienta ainda que os auditores devem observar e compreender as características e sinais de alerta de fraude (*red flags*), avaliar o risco de ocorrência de uma fraude materialmente relevante nas demonstrações financeiras, planear e desenvolver uma auditoria com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções causadas por erros ou fraudes, tomar especial atenção no planeamento, desempenho, avaliação e documentação de suporte do resultado dos procedimentos de auditoria em relação à fraude e adotar o adequado grau de

ceticismo, não fazendo julgamentos prévios acerca da honestidade ou desonestidade da gestão.

Em conformidade com as ISA`s, nomeadamente a ISA 240, um auditor é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas como um todo estão isentas de distorção material, quer causada por fraude, quer por erro.

A ISA 240 refere os requisitos necessários do papel do auditor no combate à fraude, destacando-se o ceticismo profissional, os procedimentos de avaliação de risco, a identificação e avaliação de riscos de distorção material devido a fraude, a resposta aos riscos avaliados de distorção material, a avaliação da prova de auditoria, as declarações da gerência, as comunicações e a documentação.

O ceticismo profissional é relevante durante todas as fases da auditoria, embora não se encontre referido em todas as ISA`s e é necessário para identificar e avaliar devidamente:

- Matérias que aumentam o risco de distorção material das demonstrações financeiras, como as características e influência da gerência sobre o ambiente de controlo, condições do sector, e características operacionais e estabilidade financeira;
- Circunstâncias que fazem com que suspeite que as demonstrações financeiras estão distorcidas de forma material e;
- Evidência de prova que possa pôr em causa a credibilidade dos esclarecimentos da gerência.

2 O Setor Bancário

2.1 Conceito Geral

A estrutura do setor bancário é composta por instituições que, de maneira simplificada, executam operações monetárias, como depósitos em conta corrente. Além disso, essas instituições são autorizadas a criar moeda escritural, que é convertida em aplicações, podendo gerar novos depósitos. Como resultado, temos empréstimos e financiamentos realizados no curto e médio prazo como exemplos de aplicações.

Segundo o Banco de Portugal (BP), “uma instituição financeira é uma entidade cuja função económica principal é canalizar ou auxiliar a canalizar fundos de entidades que têm poupanças para entidades que necessitam de fundos”.

Em Portugal, os bancos são as principais instituições financeiras. A sua atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, para depois os aplicar, por conta própria, na concessão de empréstimos ou na aquisição de títulos de dívida emitidos por outras entidades. No entanto, os bancos não são as únicas entidades incluídas no setor financeiro.

O setor financeiro pode ser dividido em nove subsetores, tendo em conta a atividade realizada, o risco assumido, e a tipologia e liquidez dos seus passivos:

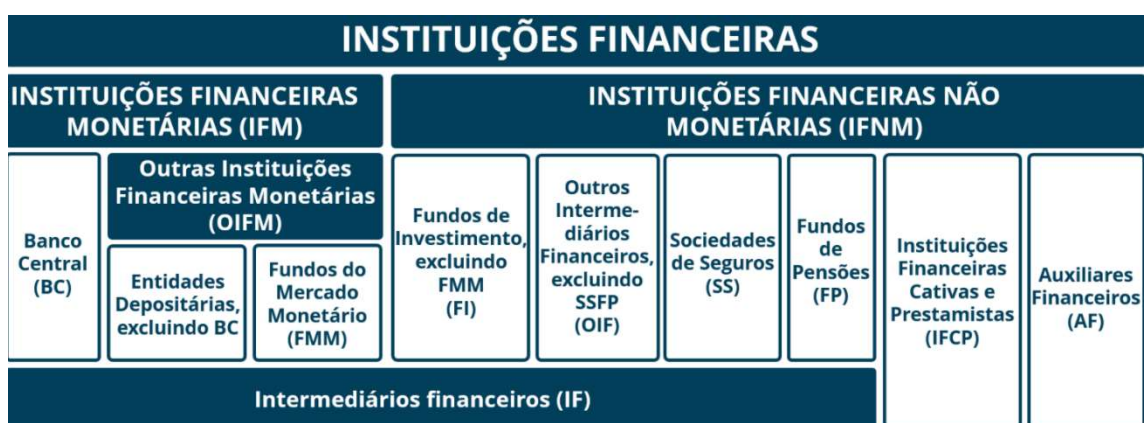


Figura 1 - Tipo de Instituições Financeiras

Fonte: BPSStats

2.2 Tipos de Instituições do Setor Bancário

O setor das Instituições Financeiras Monetárias (IFM) é composto pelo banco central e pelas Outras Instituições Financeiras Monetárias (OIFM), normalmente designadas por "bancos".

As IFM têm capacidade para criar moeda quando utilizam parte dos depósitos captados na concessão de empréstimos aos restantes setores da economia.

As Instituições Financeiras não Monetárias (IFNM) são entidades financeiras que não estão autorizadas a captar depósitos e, por isso não têm capacidade de criar moeda. O seu

setor é composto por uma grande variedade de instituições, nomeadamente os fundos de investimento (excluindo os fundos do mercado monetário), os outros intermediários financeiros, os auxiliares financeiros, as instituições financeiras cativas e prestamistas, as sociedades de seguros e os fundos de pensões.

- **Banco Central**

O Banco Central é a instituição responsável pelo controlo da oferta de moeda e pela supervisão de todo o sistema financeiro, nomeadamente os bancos comerciais e outras instituições financeiras. É, desta forma, a entidade pública que controla um dos principais instrumentos de política macroeconómica: a política monetária. No caso português, e desde a adesão ao Euro, essa instituição é o BCE (Banco Central Europeu), entidade que controla a oferta de moeda em todos os países da “Zona Euro” e que dita as regras de funcionamento do sistema financeiro.

- **Bancos**

O Banco é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio. É uma instituição financeira intermediária entre agentes superavitários e agentes deficitários. Exercem, além de outras funções, a de captar os recursos dos superavitários e emprestá-los a juros aos deficitários, gerando a margem de ganho denominada de spread bancário.

O Banco de Portugal é o banco central da República Portuguesa. Este tem duas missões essenciais, a manutenção da estabilidade dos preços e a promoção da estabilidade do sistema financeiro e faz parte do Eurosistema e do Sistema Europeu de Bancos Centrais, do Mecanismo Único de Supervisão e do Mecanismo Único de Resolução.

- **Fundos do Mercado Monetário**

Os FMM emitem ações para os investidores financiarem as suas atividades, oferecendo um elevado grau de liquidez, diversificação e rendimentos baseados no mercado.

O valor das suas ações flutua em função do preço dos instrumentos de dívida em que investiram. Têm de manter um elevado nível de liquidez dos ativos a fim de poderem satisfazer resgates diários por parte dos investidores.

Os FMM são considerados entidades de importância sistémica, devido aos laços estreitos com o setor bancário e outras atividades financeiras. Além disso, os FMM são uma importante fonte de financiamento das empresas e da administração pública, pelo que a corrida aos fundos (isto é, levantamentos em massa dos FMM) numa situação de crise financeira pode ter importantes consequências a nível macroeconómico.

- **Fundos de Investimento**

Um fundo de investimento é um instrumento financeiro que resulta da captação de capital junto de diversos investidores, constituindo o conjunto desses montantes um património autónomo, gerido por especialistas que o aplicam numa variedade de ativos. Os fundos de investimento são supervisionados pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliário (CMVM).

- **Outros intermediários financeiros que não sociedades de seguros e fundos de pensões**

Agrupam todas as instituições cuja função principal é prestar serviços de intermediação financeira contraindo passivos sob a forma de empréstimos obtidos junto de outras entidades financeiras ou através da emissão de títulos, como por exemplo, uma sociedade financeira de corretagem.

- **Sociedade de seguros**

Uma sociedade de seguros, é uma instituição financeira cuja principal função é prestar serviços de intermediação financeira que resultam da repartição do risco, sobretudo sob a forma de seguros diretos ou resseguros. Os seguros diretos podem ser divididos entre seguros de vida e seguros não vida (como por exemplo, seguro contra incêndios, de responsabilidade civil, automóvel, doença, etc.).

- **Fundo de Pensões**

Um fundo de pensões agrupa todas as entidades financeiras cuja função principal é prestar serviços de intermediação financeira que têm como objetivo a repartição do risco, garantindo rendimentos na reforma ou prestações por morte e incapacidade.

- **Instituições financeiras cativas e prestamistas**

Não são intermediários financeiros nem auxiliares financeiros. Incluem-se neste subsetor as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) que apenas detêm participações em empresas do grupo, os prestamistas que concedem crédito garantido por bens ou penhoras, e as entidades de finalidade especial (*Special Purpose Entities - SPE*) que obtêm fundos em mercados abertos para financiarem empresas do grupo. Estas SGPS são empresas que detêm ações ou participações de um grupo de sociedades filiais sem lhes prestar qualquer outro serviço, isto é, não exercem qualquer atividade na administração ou na gestão nas outras empresas do grupo.

- **Auxiliares financeiros**

São entidades cuja atividade consiste em "facilitar" a intermediação financeira, mas não fazem elas próprias a intermediação. Incluem-se nesta categoria as entidades auxiliares de seguros (corretores e mediadores de seguros e entidades avaliadoras de riscos e danos), as sociedades gestoras de fundos de pensões, de fundos de investimento, de fundos de capital de risco e de fundos de titularização de crédito, sociedades gestoras de patrimónios, instituições de pagamentos, agências de câmbios, as sedes sociais de grupos financeiros e outros auxiliares.

2.3 A Importância do Setor Bancário para a Economia

Um sistema financeiro eficiente é essencial para o crescimento sustentado da economia. Esta conclusão resulta da conceção teórica de que os intermediários financeiros desenvolvem um conjunto de economias de escala e de especialização que conduzem a

uma ligação mais eficiente entre os aforradores e os investidores. No entanto, o funcionamento deste circuito nos países em desenvolvimento não é assim tão linear, devido a um conjunto de condicionalismos relacionados quer com o seu estágio de desenvolvimento, quer com algumas características económicas, sociais e até mesmo culturais.

Nos países desenvolvidos, os sistemas financeiros estão já integrados e o financiamento informal tem uma importância marginal, contrariamente ao que acontece no caso das economias em desenvolvimento, em que se verifica um certo dualismo financeiro: a par do sector financeiro formal (institucional e regulamentado), existe igualmente um sector financeiro informal de grande importância.

A conexão entre desenvolvimento financeiro e crescimento económico é um debate amplamente discutido. (Schumpeter, 1959) argumentou que o desenvolvimento financeiro propicia desenvolvimento económico. O seu ponto principal é que os serviços que os intermediários financeiros trazem, como alocação de poupanças, gestão de risco ou facilitação transaccional, estimulam o desenvolvimento económico e tecnológico (King, R., & Levine, R., 1993).

2.4 Tipos de Fraude nas Instituições Financeiras

O setor financeiro é um dos principais alvos de fraude e, quem as comete, consegue sempre encontrar novas formas de roubar as instituições e os seus clientes.

Existem diversas maneiras de classificar as fraudes e de as agrupar em vários tipos, distinguindo as suas características: como quem pratica a fraude, a vítima, a forma como é executada, entre outras. A forma mais simples e a mais comum de diferenciar as fraudes é classificá-las como: as que são executadas em nome da organização, e as fraudes que são cometidas contra a organização (Albrecht, W. S. & Zimbelman, M. F., 2009).

As fraudes que são cometidas contra a organização podem ser praticadas pelos próprios colaboradores, por fornecedores, assim como, pelo consumidor final. Em todos estes casos, existe uma característica comum, todos atuam em benefício próprio e prejudicam a organização com a qual se relacionam, como é caso de subornos, gratificações ilegais e, até mesmo, extorsões.

Em relação às fraudes cometidas em nome da organização, estas são maioritariamente as que se designam por fraude das demonstrações financeiras. Estas fraudes caracterizam-se por serem executadas por gestores, auditores ou analistas da entidade, em que a finalidade se baseia em alterar informação financeira, nomeadamente resultados financeiros, para que estes aparentem ser melhores do que são na realidade.

2.5 Outros Mecanismos de Fraude Financeira

Neste trabalho de investigação consideraram-se vários fatores que pudessem estar na origem, ou relacionados com a problemática das fraudes nas instituições de crédito em Portugal.

De acordo com a CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) existem 6 tipos de mecanismos de fraude financeira:

- *Boiler Room*;
- Ofertas públicas de subscrição falsas;
- Pagamento antecipado de encargos;
- Chamadas telefónicas não solicitadas;
- Apresentação de falsa identidade e utilização de cópias de *websites* de intermediários financeiros na Internet;
- Esquema de pirâmide (*Ponzi*).

Boiler Room

O *Boiler Room* consiste em induzir os investidores a comprar valores mobiliários a preços superiores ao seu valor real.

Os autores da fraude começam por comprar valores mobiliários de baixo valor, num mercado com baixa liquidez e transparência. Durante algum tempo, sustentam artificialmente o preço desses valores mobiliários (através de manipulação), procurando depois vender a investidores menos informados a um preço inflacionado. Em regra, a empresa emitente dos valores mobiliários vendidos não existe ou a informação transmitida ao investidor sobre a atividade que esta exerce não é verídica.

Ofertas públicas de subscrição falsas

Consiste na proposta de compra de valores mobiliários destinados a futura negociação em bolsa, a um preço mais baixo do que aquele que os investidores teriam de pagar caso os valores fossem cotados. Nuns casos, as vítimas tornam-se proprietárias dos valores, sem que estes venham a ser cotados ou sem que tenham qualquer valor. Noutros casos, não são entregues quaisquer valores, perdendo as vítimas a totalidade do dinheiro entregue.

A entidade que faz a proposta tem normalmente um *website* na Internet, com um *link* direto para o *website* da empresa cujos valores mobiliários são objeto de oferta pública, empresa essa que em regra não existe.

Pagamento antecipado de encargos

São esquemas complementares aos “*boiler rooms*” ou às ofertas públicas de subscrição falsas.

Nestes casos, a vítima, que comprou a um preço demasiado elevado valores mobiliários de pouco ou nenhum valor da empresa “X”, é posteriormente contactada por alguém que diz representar outra empresa estrangeira “Y” e que se mostra interessado em adquirir esses valores, a um preço superior ao do seu valor atual. Ao investidor são transmitidas várias justificações para a empresa “Y” querer adquirir a totalidade do capital da empresa “X”. É solicitado ao investidor que pague antecipadamente determinada quantia ou que compre ações da segunda empresa, não lhe sendo entregues posteriormente quaisquer valores.

Chamadas telefónicas não solicitadas

Muitas situações de fraude baseiam-se em chamadas telefónicas não solicitadas em que as táticas de aproximação às vítimas são múltiplas e variadas. Os autores recorrem a manuais de pergunta/resposta que elaboram previamente, prevendo todas as eventuais objeções que os investidores possam levantar. Geralmente as chamadas são efetuadas a partir do estrangeiro por entidades que se intitulam “intermediários financeiros”. Propõem às vítimas que invistam em instrumentos financeiros com características e valor

que os investidores não podem verificar (por exemplo, valores negociados em mercado de derivados). Os autores deste tipo de fraude chegam a enviar documentos ou “notas de execução” falsos às vítimas, contendo a descrição dos valores mobiliários que alegadamente adquiriram em seu nome, depois ou antes do acordo por telefone.

Apresentação de falsa identidade e utilização de cópias de *websites* de intermediários financeiros na Internet

Para inculcar confiança e encobrir a sua verdadeira identidade, os autores de fraudes normalmente alegam representar intermediários financeiros (bancos, sociedades corretoras, sociedades financeiras de corretagem, sociedades gestoras de patrimónios), pessoas ou instituições registadas e conhecidas do público.

São frequentemente disponibilizados *websites* na Internet iguais ou semelhantes a *websites* de intermediários financeiros conhecidos do público (e devidamente autorizados e registados), nos quais são referidos endereços de correio eletrónico e endereços postais com o fim de lhes conferir credibilidade que, contudo, não existem.

Esquema de pirâmide (*Ponzi*)

Há sistemas criados em que existe a promessa de retornos do investimento tanto mais elevados quanto maior for o número de novos clientes ou investidores angariados. Entre os sinais de que pode estar perante um esquema de pirâmide, encontram-se os seguintes sinais:

- **Promessa de dinheiro fácil, rápido e de elevada rentabilidade** e sem qualquer risco (inclusive oferecem comissões elevadas para recrutar novos "*investidores*");
- **Desconfie de propostas para angariar novos investidores** em troca de mais dinheiro. Os "*investidores*" interessados em participar entregam o dinheiro aos promotores, e estes pagam o retorno prometido, usando o dinheiro dos novos investidores que entraram depois. Em vez de organizar uma estrutura de marketing e distribuição, estes esquemas transformam os próprios clientes em vendedores.

2.6 Os impactos da Fraude na Economia

Ao longo dos anos, vários casos de fraude têm vindo a ser conhecidos. Em alguns destes casos as entidades conseguiram superar as perdas, noutros isso não aconteceu e estas acabaram por declarar falência.

Em todos os casos apresentados, foram divulgados os documentos utilizados para a investigação dos mesmos, sendo do conhecimento público os métodos utilizados e todas as conclusões averiguadas.

Caso BPN

O Banco Português de Negócios (BPN), criado em 1993, era um banco privado em Portugal cuja área de negócio se centrava no setor da banca de investimentos. Com a sua nacionalização em 2008, foi gerido pela Caixa Geral de Depósitos ficando a cargo do Estado. No entanto em 2011, o governo português vendeu o BPN a um banco angolano, o Banco BIC Português.

O caso BPN refere-se a um conjunto de casos inter-relacionados nos quais há grandes indícios de vários tipos de crime como corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influências, que levaram à nacionalização do banco. (Neves et al., 2011).

Caso BES

O grupo Espírito Santo era uma holding com mais de 100 anos, detentora de várias empresas que se encontram a atuar em diversos setores da economia, como a Banca, turismo, Saúde, etc.

Durante o período de 2006 a 2012, um alegado esquema de ocultação da origem dos fundos e a sua conversão em numerários, superiores a 30 milhões de Euros com origem na Suíça, fizeram com que as investigações fossem levadas mais a fundo.

Em 2013, depois de uma auditoria solicitada pelo Banco de Portugal (BP), foram registadas fortes irregularidades nas contas. O relatório concluiu que a sociedade apresentava uma situação financeira grave, totalmente contrária ao que eles apresentavam até à data.

Devido a esta crise, a comissão liquidatária do banco reconheceu 4.955 credores, que vão desde os antigos administradores considerados culpados pela queda do banco até várias entidades públicas. Ao todo, os créditos reconhecidos superam os 5 mil milhões de euros. Para lá destes, há um universo de outros 21.253 reclamantes cujos créditos não foram reconhecidos pela comissão liquidatária. São, em grande parte, investidores que perderam o dinheiro aplicado em papel comercial da *Espírito Santo International* (ESI) e da Rioforte, por quem o BES diz não ser responsável, já que estas eram empresas do Grupo Espírito Santo (GES).

Caso *Lehman Brothers*

Lehman Brothers Holdings Inc. foi um banco de investimento com atuação global, sediado em Nova Iorque, fundado em 1847. Antes de declarar falência em 2008, o Lehman era o quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos (atrás de *Goldman Sachs*, *Morgan Stanley* e *Merrill Lynch*), com cerca de 25.000 funcionários em todo o mundo.

A desregulação financeira, derivados financeiros sobrevalorizados (apoiados pelas agências de *rating*), créditos hipotecários de alto risco (*'subprime'*) foram os ingredientes de uma crise que, segundo muitos economistas, tem origem na crise de 2001 com o rebentar da bolha da Internet, que levou o Fed (*Federal Reserve Board*) a adotar juros baixos e a incentivar investimentos no setor imobiliário.

A 15 de setembro de 2008, com o pedido de falência da *Lehman* instaurou-se uma das maiores crises da história dos EUA, e acredita-se que tenha desempenhado um papel importante no desenrolar da crise financeira de 2007–2008. (Lucca De Paoly and Jeremy Hill, 2022)

3 Questões de Investigação

Na sequência da análise da opinião de vários autores é fundamental levantar questões aos temas que expuseram de forma a retirar conclusões.

A primeira parte do estudo dirá respeito ao papel da auditoria na generalidade e a sua importância para todos os interessados, destacando o papel do auditor e da sua independência.

Q1: A independência do auditor face à entidade para qual presta o serviço de auditoria, é fundamental para assegurar a qualidade do seu trabalho? (Franco H & Marra G, 2001)

Q2: Os auditores alteraram os procedimentos de Auditoria para a obtenção de mais informação na deteção de irregularidades para proteção dos investidores? (Franco H & Marra G, 2001)

Q3: Existe colaboração por parte do Conselho de Administração em fornecer informação para o sucesso do trabalho do auditor? (Morais G & Martins, 2013)

Q4: Trabalhar na relação entre o auditor interno e auditor externo pode ser uma mais-valia? (Morais G & Martins, 2013)

A segunda parte referir-se-á à importância das Instituições Bancárias para o mundo empresarial, qual a importância da Auditoria na deteção do risco de fraude no setor e quais os meios utilizados para combatê-la.

Q5: O desenvolvimento financeiro propicia desenvolvimento económico? (Schumpeter, 1959)

Q6: Terão os auditores de ser o elemento policial na deteção de fraudes? (Singleton, T. W. e Singleton, A.J, 2010)

Q7: Os órgãos de gestão têm um papel fundamental na prevenção da fraude? (Singleton, T. W. e Singleton, A.J, 2010)

Q8: A informação financeira divulgada e comunicada aos *stakeholders* encontra-se isenta de erros e fraudes materialmente relevantes? (Morais G & Martins, 2013)

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

4 Metodologia

A escolha da metodologia é imprescindível para dar resposta às questões da investigação. A metodologia de investigação consiste na forma de proceder perante um determinado objetivo de investigação a ser atingido. Para tal serão considerados os métodos para obter informação, para a tratar, para a analisar e para tirar conclusões que sejam válidas perante um enquadramento conceptual definido.

Segundo (Bell, 1993), “a abordagem adotada e os métodos de recolha de informação selecionados dependerão da natureza do estudo e do tipo de informações que se pretenda obter.”

A escolha da metodologia de investigação deve ter como base os objetivos do trabalho a desenvolver, a dimensão da amostra e a compreensão dos fenómenos que são objeto de investigação. Segundo Sousa & Baptista (Sousa, M J, & Baptista, C S., 2011) “A metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir”.

Existem vários tipos de metodologia possíveis para se efetuar a análise. O método quantitativo é um método objetivo e sistemático no qual os resultados são obtidos através de dados numéricos pela análise e descrição das relações causa/efeito. No que diz respeito à metodologia qualitativa, a informação recolhida para o estudo não é expressa em números, mas sim em matéria subjetiva do objeto analisado. Como refere (Richardson, 1989) o método qualitativo difere do quantitativo uma vez que o método qualitativo não utiliza qualquer instrumento estatístico como base na análise de um problema. No entanto, em algumas pesquisas pode tornar-se necessário combinar vários métodos (método misto), pois nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação, permitindo tornar o processo de investigação mais sólido e consistente.

Tendo como base o tema desta dissertação e após uma análise aos objetivos a atingir relativamente às questões de investigação, esta investigação desenvolve-se, assim, enquadrada numa metodologia quantitativa, uma vez que o objetivo é compreender a

realidade. A investigação deve reger-se por um conjunto de regras e possuir linguagem específica, de acordo com (Postic, 1990) “...antes de se empreender uma investigação sistemática, é necessário estabelecer um quadro de referências preciso”, trata-se de fixar um critério de ocorrência do fenómeno a observar.

4.1 Análise Quantitativa

Segundo (Fortin, 2006), a abordagem quantitativa constitui um processo dedutivo pelo qual os dados numéricos fornecem conhecimentos objetivos relativamente às variáveis. Esta abordagem constitui um processo dedutivo que apresenta resultados específicos acerca das variáveis em estudo. Na metodologia quantitativa, o investigador segue uma sequência de etapas ordenadas, visando a objetividade, predição, controlo e generalização.

De acordo com Fonseca (2009), este método baseia-se em dados mensuráveis das variáveis e tem como objetivo verificar e explicar a sua existência, relação ou influência sobre outra variável. Este método procura analisar a frequência de ocorrência para medir a veracidade ou não daquilo que está a ser investigado. No desenvolvimento de uma pesquisa desta natureza devem-se formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis, de modo a garantir a precisão dos resultados e a evitar contradições no processo de análise e interpretação (Prodanov C. e Freitas E., 2013).

4.1.1 Hipóteses de Investigação

“As hipóteses constituem uma afirmação sobre o valor de um parâmetro ou de relacionamento entre parâmetros, que se pressupõe que sejam verdadeiras. No entanto, pelo facto de se estar a trabalhar com uma amostra e não com a totalidade da população, quaisquer que sejam as conclusões dos testes, são sempre baseadas na chamada evidência amostral, isto é, naquilo que se pode inferir a partir da amostra que se recolhe.” (Sousa, 2017)

“A hipótese traduz, por definição, um espírito de descoberta que caracteriza qualquer trabalho científico. Alicerçada numa reflexão teórica e num conhecimento preparatório do fenómeno estudado, representa como uma preposição que não é gratuita, sobre o

comportamento dos objetos reais estudados (...) mas ao mesmo tempo a hipótese fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão de pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente na nossa mente.” (Quivy, L., & Campenhoudt, R., 2005)

E, de acordo com (Pinheiro, 2013) considera-se que “A hipótese é um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis, ou seja, que estas declaram a relação esperada entre as variáveis independentes e dependentes, combinando as hipóteses com o problema e com os objetivos num prognóstico ou explicação clara dos resultados esperados da presente investigação”

4.1.2 A relação entre as Questões e as Hipóteses de Investigação

Hipótese 1

A auditoria é um processo de análise e verificação. Para que este processo seja o mais transparente possível, é necessário criar todas as condições necessárias para que o auditor consiga desempenhar as suas funções. Um dos aspetos mais importantes no processo de auditoria é a independência do auditor pois, é o trabalho do auditor que dá aos investidores, *stakeholders* e outros interessados a credibilidade necessária da instituição e das suas demonstrações financeiras.

A função do auditor é bastante complexa pois é necessária uma avaliação exaustiva de todos os tipos de risco a que a entidade se expõe e implementar procedimentos para que esses riscos sejam dizimados, ou, se não for possível, minimizados. Para que o processo seja mais eficaz os auditores internos e externos devem trabalhar em conjunto para que seja possível alcançar os objetivos pretendidos.

De acordo com a afirmação anterior, foi possível formular a seguinte hipótese:

H1: O auditor pode conferir credibilidade às demonstrações financeiras caso tenha a independência necessária para a execução das suas funções.

Q1: A independência do auditor com a entidade a que audita é fundamental para assegurar a qualidade do seu trabalho?

Q2: Os auditores alteraram os procedimentos de Auditoria para a obtenção de mais informação na deteção de irregularidades para proteção dos investidores?

Q3: Existe colaboração por parte do Conselho de Administração em fornecer informação para o sucesso do trabalho do auditor?

Q4: Trabalhar na relação entre o auditor interno e auditor externo pode ser uma mais-valia?

Hipótese 2

As instituições financeiras são fundamentais para a economia de um país. Ambas se complementam, pois, os bons resultados de uma têm impacto positivo na outra e vice-versa. Desta forma, a prevenção da fraude nas instituições é deveras importante para a estabilidade financeira.

Atualmente, grande parte das fraudes tem origem nos órgãos de gestão devido à sua hierarquia, tornando-se mais fácil exercer o ato fraudulento. Para que isso não aconteça, o Auditor deve ser metuculoso nas suas ações e também deve ser totalmente independente, o que às vezes pode causar alguns conflitos.

De acordo com a afirmação anterior, foi possível formular a seguinte asserção:

H2: Podem os órgãos de gestão estar relacionados com a origem da fraude, criando impacto no desenvolvimento financeiro das instituições que por sua vez podem afetar a Economia.

Q5: O desenvolvimento financeiro propicia desenvolvimento económico?

Q6: Terão os auditores de ser o elemento policial na deteção de fraudes?

Q7: Serão os órgãos de gestão importantes para a prevenção de fraude?

Q8: A informação financeira divulgada e comunicada aos *stakeholders* encontra-se isenta de erros e fraudes materialmente relevantes?

Em síntese:

<p>H1</p> <p>O auditor pode conferir credibilidade às demonstrações financeiras caso tenha a independência necessária para a execução das suas funções.</p>	<p>Q1: A independência do auditor com a entidade a que audita é fundamental para assegurar a qualidade do seu trabalho?</p> <p>Q2: Os auditores alteraram os procedimentos de Auditoria para a obtenção de mais informação na deteção de irregularidades para proteção dos investidores?</p> <p>Q3: Existe colaboração por parte do Conselho de Administração em fornecer informação para o sucesso do trabalho do auditor?</p> <p>Q4: Trabalhar na relação entre o auditor interno e auditor externo pode ser uma mais-valia?</p>
<p>H2</p> <p>Podem os órgãos de gestão estar relacionados com a origem da fraude, criando impacto no desenvolvimento financeiro das instituições que por sua vez podem afetar a Economia.</p>	<p>Q5: O desenvolvimento financeiro propicia desenvolvimento económico?</p> <p>Q6: Terão os auditores de ser o elemento policial na deteção de fraudes?</p> <p>Q7: Serão os órgãos de gestão importantes para a prevenção de fraude?</p> <p>Q8: A informação financeira divulgada e comunicada aos <i>stakeholders</i> encontra-se isenta de erros e fraudes materialmente relevantes?</p>

Figura 2 A relação entre as Questões e as Asserções de Investigação

Fonte: Elaboração Própria

4.2 Modelo de análise

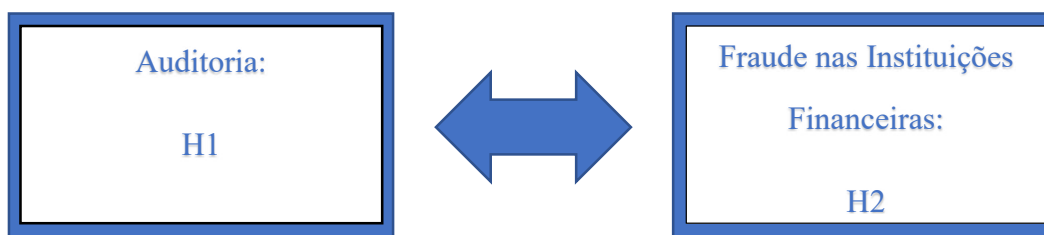


Figura 3 - Modelo de análise

Fonte: Elaboração Própria

O modelo de análise permite explicar de que modo se interrelacionam as hipóteses de análise, de forma a dar respostas às questões em estudo.

Conforme a figura 2, as hipóteses relacionam-se todas entre si com uma ponderação equitativa de 50% cada. Esta ponderação foi definida meramente para análise do estudo, não indicando que ambas estão interligadas, mas sim pelo facto da sua importância para a compreensão do tema.

Auditoria é um exame cuidadoso e sistemático das atividades desenvolvidas em determinada entidade. Desta forma têm de ser totalmente independentes para que o seu julgamento possa ser o mais transparente possível.

O auditor verifica ao pormenor a informação financeira e os procedimentos, tentando identificar todo o tipo de riscos a que a entidade se expõem, principalmente o risco de fraude.

A fraude é um tema muito debatido atualmente devido à ocorrência de grandes escândalos financeiros, muitas das vezes derivados dos órgãos de gestão pois estes têm uma maior facilidade em adulterar documentos devido a não serem supervisionados.

Nas instituições financeiras, a fraude pode afetar a economia de um país, que por sua vez afeta a população, criando um cenário desastroso de decadência financeira.

Por estas razões, o auditor tem um papel preponderante na deteção do risco de fraude para que não haja efeitos em cadeia que podem levar um país à falência.

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo tem como objetivo a apresentação e interpretação dos resultados atingidos, de acordo com a informação recolhida através do questionário desenvolvido para as problemáticas anteriormente realçadas.

5 Elaboração do Questionário

“Segundo *Ghiglione, Matalon, & Pires* (2001), o inquérito pode ser definido como uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar.” (Sá, 2018)

A metodologia quantitativa empregue neste estudo consistiu num inquérito através de um questionário com respostas fechadas onde, para além da questão, são expostas opções de respostas pré-estabelecidas em que o inquirido tem de selecionar qual a que mais se aproxima da resposta que pretende dar, podendo apenas selecionar uma resposta. Para algumas questões foi adotada a escala de *Likert*. Foi também adotada uma questão aberta como forma de conclusão para que os inquiridos possam indicar informações relevantes para o tema abordado.

Podemos considerar a divisão deste questionário em duas partes onde primeiramente é feita uma caracterização da amostra e, posteriormente, são formuladas as questões que conduziram esta investigação. Para as questões efetuadas na escala de *Likert* foram definidos 5 níveis de concordância, nomeadamente:

1. Discordo totalmente;
2. Discordo;
3. Não concordo nem discordo;
4. Concordo;
5. Concordo totalmente;

Para a questão 15 foi também adotada a opção de resposta fechada, mas de uma forma mais sucinta, onde as hipóteses de resposta apenas foram:

1. Sim;

2. Não;

As respostas ao questionário são totalmente anónimas, sendo que a identificação do inquirido não foi solicitada no mesmo e o tratamento das respostas foi efetuado de forma agregada, não permitindo a identificação individual.

A recolha de dados foi realizada através da plataforma “*Google Forms*”, uma vez que a mesma permite uma recolha e organização das respostas ao questionário em tempo real e sendo que oferece também a opção de os analisar em tempo real através da visualização de gráficos produzidos automaticamente pelo software.

Algumas das questões apresentadas foram testadas noutros estudos e, desta forma, acrescentam valor ao estudo realizado.

Todos os inquéritos realizados serão validados e analisados.

6 Recolha de Dados

6.1 Definição da Amostra

O questionário teve por objeto de análise a resposta dos ROC inscritos na OROC, dos TOC inscritos na OCC, de SROC, de auditores internos e a todos os profissionais (ativos e não ativos) com conhecimento na matéria. O número de ROC inscritos na OROC é de 2.054, na OCC, constam mais de 68 mil membros inscritos e no IPAI encontram-se inscritos 709 Auditores Internos.

Foi efetuada a partilha deste questionário na OROC, na OCC, em sociedades ROC nas redes sociais, nomeadamente, no *linkedin* e no IPAI de forma a que todos pudessem expressar a sua opinião.

A totalidade de respostas obtidas foi 78, e são expostas no gráfico 1 abaixo apresentado.



Gráfico 1: Classificação e quantificação da amostra

Fonte: Elaboração própria

6.2 Caracterização da amostra

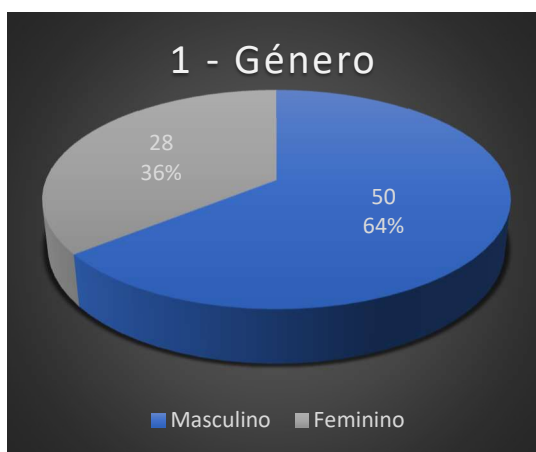


Gráfico 2: Género

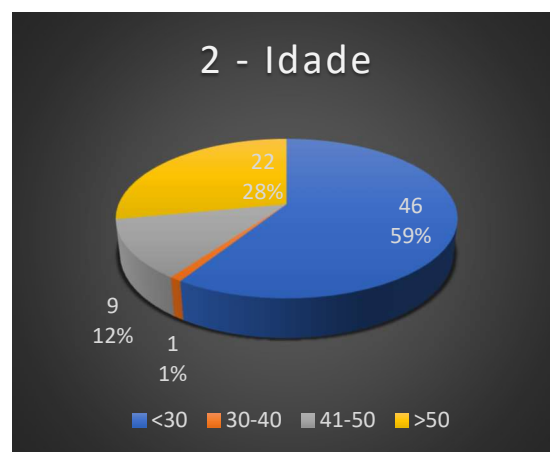


Gráfico 3- Idade

Fonte: Elaboração própria

Dos gráficos acima expostos, nomeadamente os gráficos 2 e 3, podemos concluir que a maioria de respostas a este estudo foram dadas por pessoas do sexo masculino (64%) com idades inferiores a 30 anos (59%). Neste sentido, podemos concluir que a amostra

masculina representa quase o dobro da amostra feminina, nomeadamente com 50 e 28 respostas, respetivamente. Relativamente à faixa etária em que se insere a nossa amostra podemos afirmar que a mesma se encontra inferior a 30 anos, que fez um total de 46 respostas. A faixa etária seguinte, com maior número de respostas, foi a faixa superior a 50 anos com uma representação de 28% da amostra com 22 respostas. Assim sendo a faixa etária com idade compreendida entre os 30 e os 40 foi a que teve menor peso neste estudo, representando apenas 1% da amostra, denotando, apenas, 1 resposta.



Gráfico 4: Habilitações Literárias

Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico 4, concluímos que a grande maioria da amostra são pessoas experientes e com grau de qualificação superior, nomeadamente: 50% dos inquiridos são pessoas com nível de qualificação de grau 7 (Mestrado) e 33% dos inquiridos possuem nível de qualificação de grau 6 (Licenciatura). Apenas 14% da amostra possui grau de qualificação 8 (doutoramento) e a restante parte da amostra (3%) possui formação secundária (12º ano).

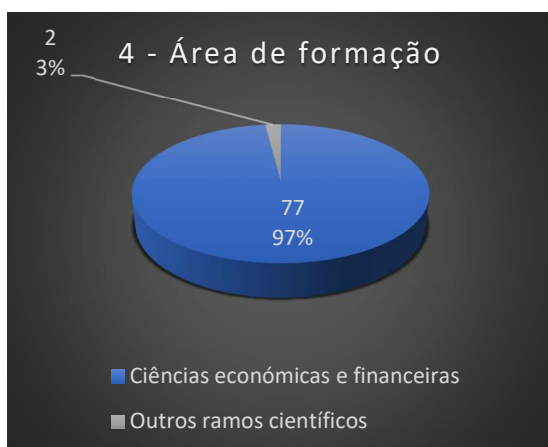


Gráfico 5: Área de formação



Gráfico 6- Atividade Profissional

Fonte: Elaboração própria

Indo de encontro ao explanado e concluído nos gráficos anteriores relativamente à caracterização da amostra, podemos afirmar que, mediante o exposto no gráfico 5, que para além de, esta possuir um elevado grau de instrução, que esse mesmo grau é ligado às ciências económicas e financeiras (97%) e uma pequena percentagem (3%) a outros ramos científicos. Aprofundando mais à nossa amostra, dos resultados obtidos referentes à atividade profissional explicita no gráfico 6, concluímos que a grande maioria de respostas rececionadas foram de Auditores Externos – Não ROC, nomeadamente 60%. Os restantes 40% que caracterizam a amostra, subdividem-se em Auditores Externos – ROC, Auditores Internos e Outras Profissões com percentagens de respostas de 26%, 11% e 3%, respetivamente.

6 - Experiência profissional



Gráfico 7: Experiência Profissional

Fonte: Elaboração própria

Da análise do gráfico 7 podemos afirmar que o maior peso da amostra são pessoas com reduzida experiência profissional, sendo que a maior parte, 60% que correspondem a 46 respostas só têm experiência inferior a 5 anos. Seguidamente a este grupo, o maior número de respostas tem experiência superior a 20 anos com 28 respostas, perfazendo assim 36% da amostra. Os restantes grupos relativos mostraram-se muito próximos com percentagens de 4% e 1% para os seguintes grupos 5-10 anos e 16-20 anos, respetivamente.

Da análise destes 6 gráficos anteriores, podemos concluir e sintetizar que a nossa amostra é maioritariamente formada por indivíduos do sexo masculino, sendo que podemos afirmar que se trata de um grupo de pessoas com elevado nível de qualificações, ligadas ao ramo das ciências económicas e financeiras, nomeadamente a exercer funções de Auditor Externo – Não ROC. Podemos também concluir que são indivíduos que atuam no mercado há relativamente pouco tempo.

7 Apresentação da Interpretação de Resultados

Após efetuarmos o detalhe da caracterização da amostra, prosseguimos com discussão e análise dos resultados obtidos. Para tal, primeiramente será elaborada uma análise atendendo à caracterização da amostra, após essa análise passamos a análise do número de resposta através da escala de *Likert*. Por fim será elaborada uma conclusão por questão tendo em conta a profissão dos inquiridos.

Número da questão

Questão do Questionário

Q7	A função de um auditor é essencial tanto para atingir os objetivos da entidade como para demonstrar transparência perante os interessados?
-----------	---

Tabela 1: Questão 7

Fonte: Elaboração própria

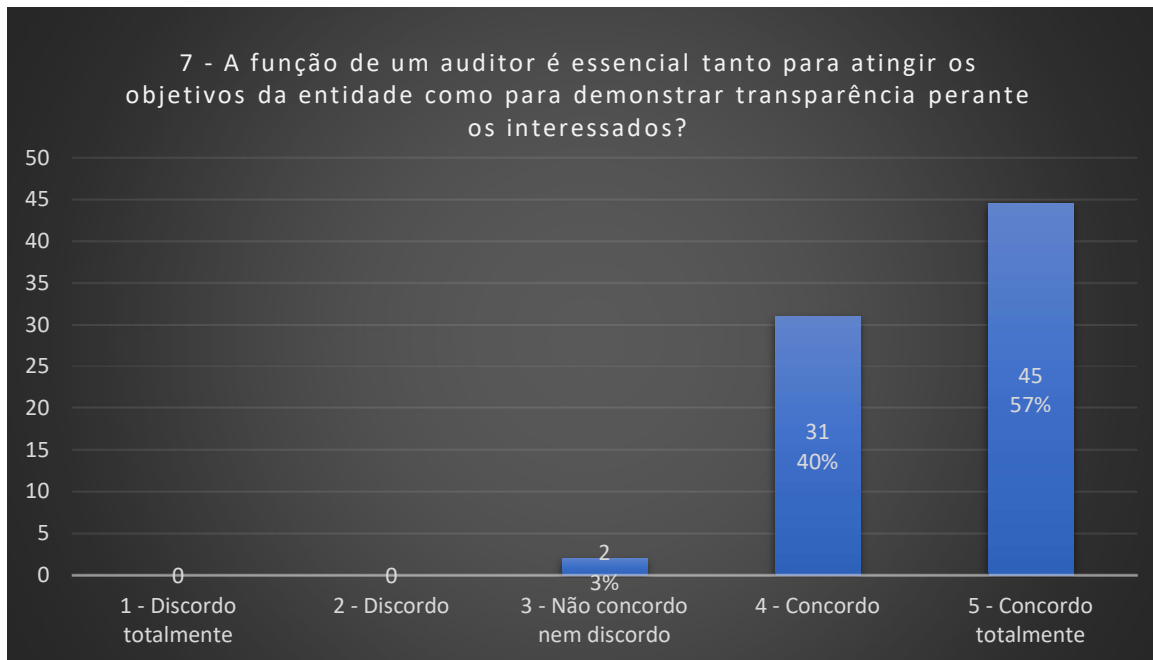


Gráfico 8: A função de um auditor é essencial tanto para atingir os objetivos da entidade como para demonstrar transparência perante os interessados?

Fonte: Elaboração própria

Como este estudo se baseia em Auditoria, a primeira questão para a qual se pretendeu obter resposta por parte dos inquiridos foi relativamente à função do auditor ao sentido da sua importância para a prossecução dos objetivos assim como na importância na transparência de resultados perante os interessados. Analisando as respostas obtidas, podemos concluir que a grande maioria da amostra, 76 respostas perfazendo uma percentagem de 97% do total da amostra, concorda que a função dos auditores é importante para demonstrar transparência. Apenas 2% (2 respostas) dos inquiridos não tem opinião.

Concluimos desta questão que os inquiridos afirmam que a função dos auditores é essencial para que os objetivos das entidades sejam alcançados assim como para demonstrar transparência perante os interessados, como podemos comprovar com o gráfico 8.

Número da questão

Questão do Questionário

Q8	Os auditores são independentes nos exercícios das suas funções ou têm condições para tal?
Q9	Na sua opinião, quais as principais ameaças à independência do auditor?

Tabela 2: Questão 8 e questão 9

Fonte: Elaboração própria

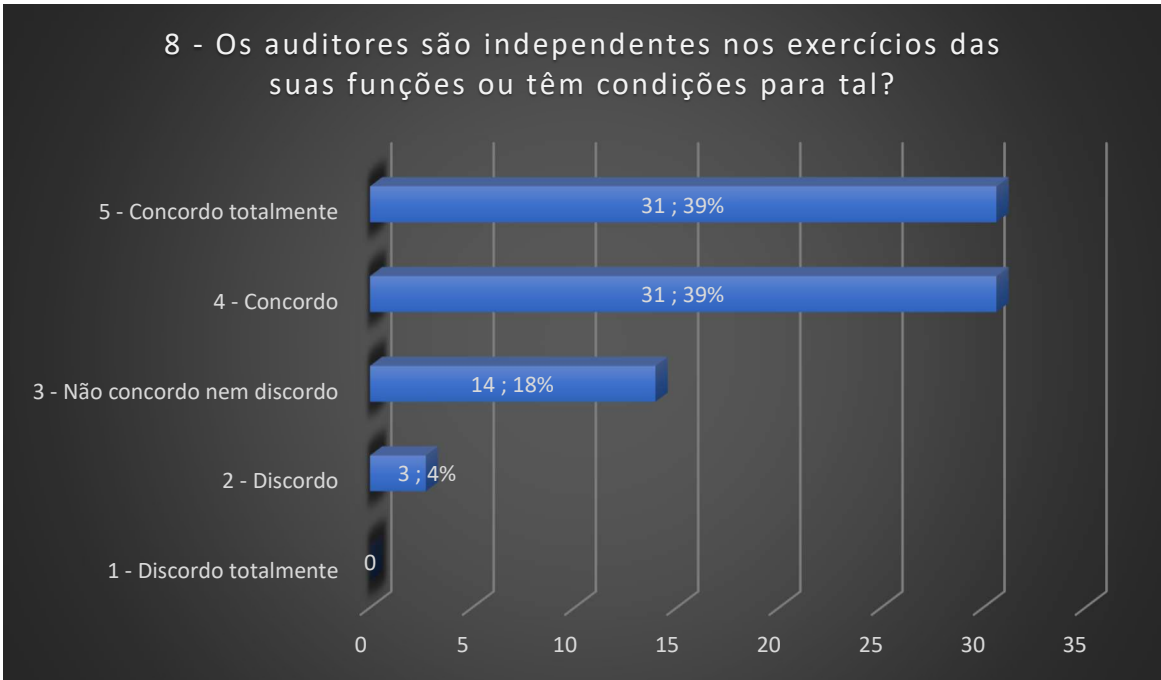


Gráfico 9: Os auditores são independentes nos exercícios das suas funções ou têm condições para tal?

Fonte: Elaboração própria

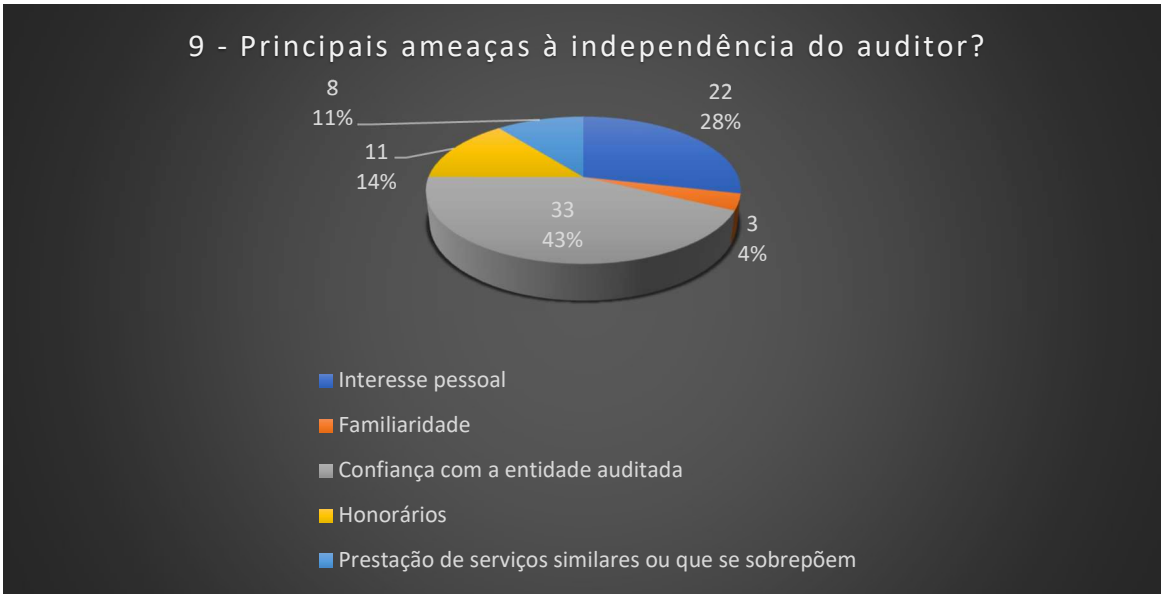


Gráfico 10: Principais ameaças à independência do auditor.

Fonte: Elaboração própria

Posteriormente à questão anterior, tornou-se fulcral analisar a independência dos auditores nos exercícios das suas funções. Nesse sentido foi essencial questionar os inquiridos sobre o tema.

Analisando as respostas obtidas, podemos concluir que a grande maioria da amostra, 62 respostas perfazendo uma percentagem de 78% do total da amostra, concorda que os auditores são independentes no exercício da sua função. Apenas 4% (3 respostas) concorda que os auditores não são independentes no exercício da sua função e 18% (14 respostas) dos inquiridos não tem opinião.

Concluimos desta questão que os inquiridos afirmam que os auditores são independentes no exercício da sua função como podemos comprovar com o gráfico 9.

Em complemento à questão 9, é importante aprofundar e questionamos os inquiridos quais seriam as principais ameaças à independência do auditor. Desta forma, concluimos que a maioria, 33 respostas, consideram que a principal ameaça é a confiança do auditor com a entidade auditada, correspondendo a 43% das respostas. 28% indica que é derivado a interesse pessoal (22 respostas), 14% indica que é derivado a honorários (11 respostas), 11% considera que é devido a prestação de serviços similares ou que se sobrepõem e, por fim, apenas 4% (3 respostas) indicam que se deve a questões de familiaridade.

Podemos então concluir que a principal ameaça à independência do auditor está relacionada com a confiança do auditor com a entidade auditada, como podemos comprovar no gráfico 10.

Número da questão

Questão do Questionário

Q10	O auditor é o principal agente na detecção de fraude?
Q11	Quanto maior forem os honorários que os auditores recebem comparado com a concorrência, maior será a probabilidade de emitirem uma certificação legal de contas não modificada.
Q12	A separação total dos serviços de auditoria dos serviços de contabilidade, e a rotação dos auditores através de limitação temporal é uma das formas de reduzir o risco de fraude?

Tabela 3: Questão 10, 11, 12

Fonte: Elaboração própria

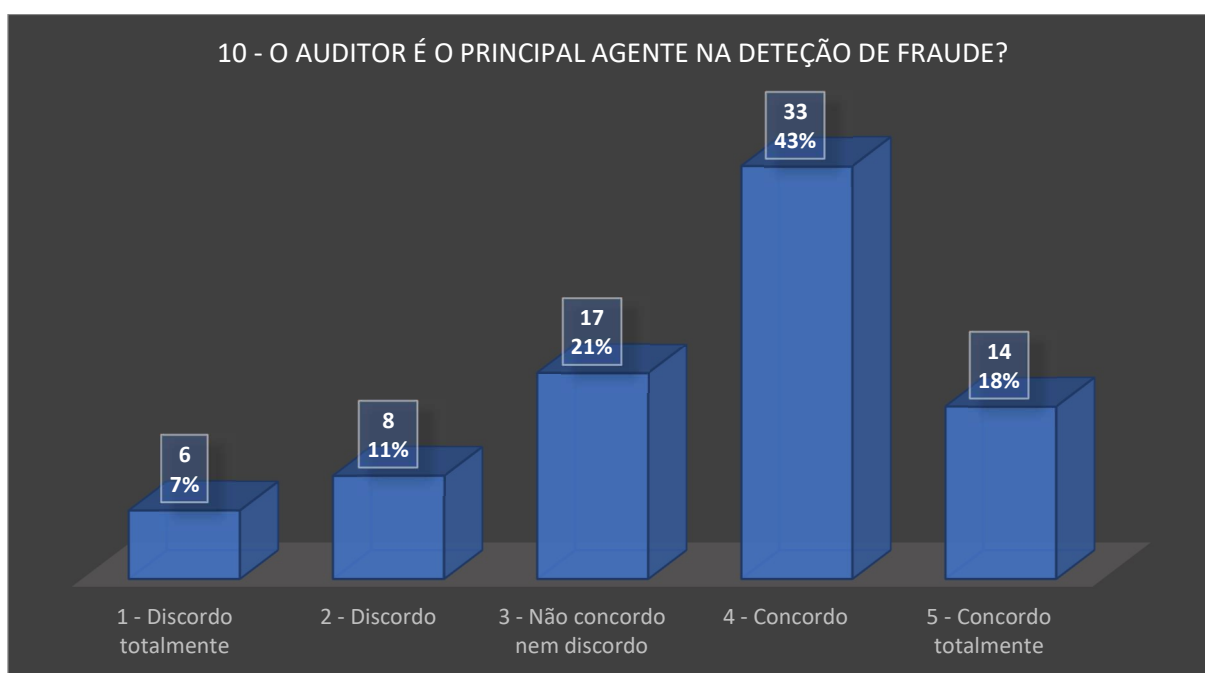


Gráfico 11: O auditor é o principal agente na detecção de fraude?

Fonte: Elaboração própria

Derivado das funções dos auditores foi possível formular 3 questões relacionadas com a fraude: Se o auditor é o principal agente na deteção de fraude, se quanto maior for o valor de honorário que os auditores recebem comparado com a concorrência, maior será a probabilidade de emitirem uma certificação legal de contas não modificada e se a separação total dos serviços de auditoria dos serviços de contabilidade e a rotação dos auditores, através de, limitação temporal é uma das formas de reduzir o risco de fraude.

Relativamente à questão 10 (gráfico 11) foi possível determinar que a maioria, 47 respostas, equivalente a 61% concordam com o facto de o auditor ser o principal agente na deteção do risco. 18% dos indivíduos (14 respostas) discordam da afirmação e 21% (17 respostas) não têm uma opinião formada sobre o assunto.

Podemos então afirmar que os inquiridos concordam com o facto de o auditor ser o principal agente na deteção de fraude.

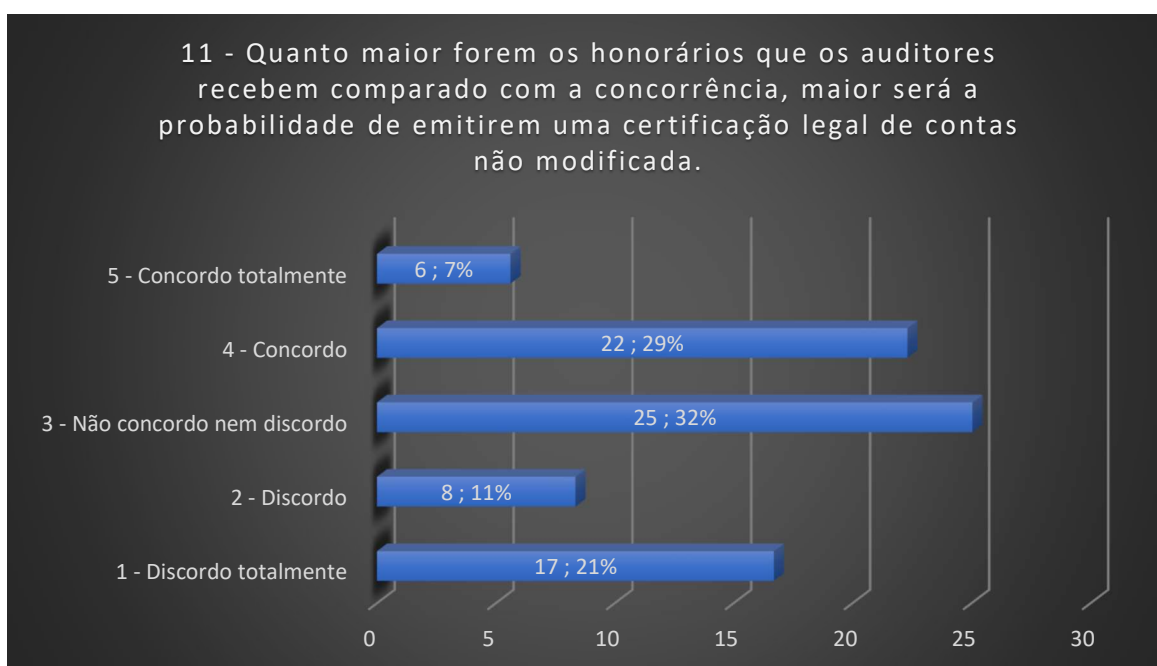


Gráfico 12: Quanto maior forem os honorários que os auditores recebem comparado com a concorrência, maior será a probabilidade de emitirem uma certificação legal de contas não modificada.

Fonte: Elaboração própria

Na questão 11 refere-se à relação de quanto maior for os honorários recebidos no exercício das funções do auditor, mais transparente será a sua opinião comparado com a concorrência. Neste caso, a maior parte dos inquiridos não tem uma opinião formada sobre o assunto visto que a maioria, 32% (25 respostas) não expressou a sua opinião,

enquanto que 36% (28 respostas) concordou com a afirmação e apenas 25 inquiridos (31%) discordaram da mesma.

Em suma, os inquiridos não concordam nem discordam que o auditor, no exercício das suas funções, seja influenciado devido ao valor de honorários que recebe para prestar o serviço como podemos comprovar através do gráfico 12.

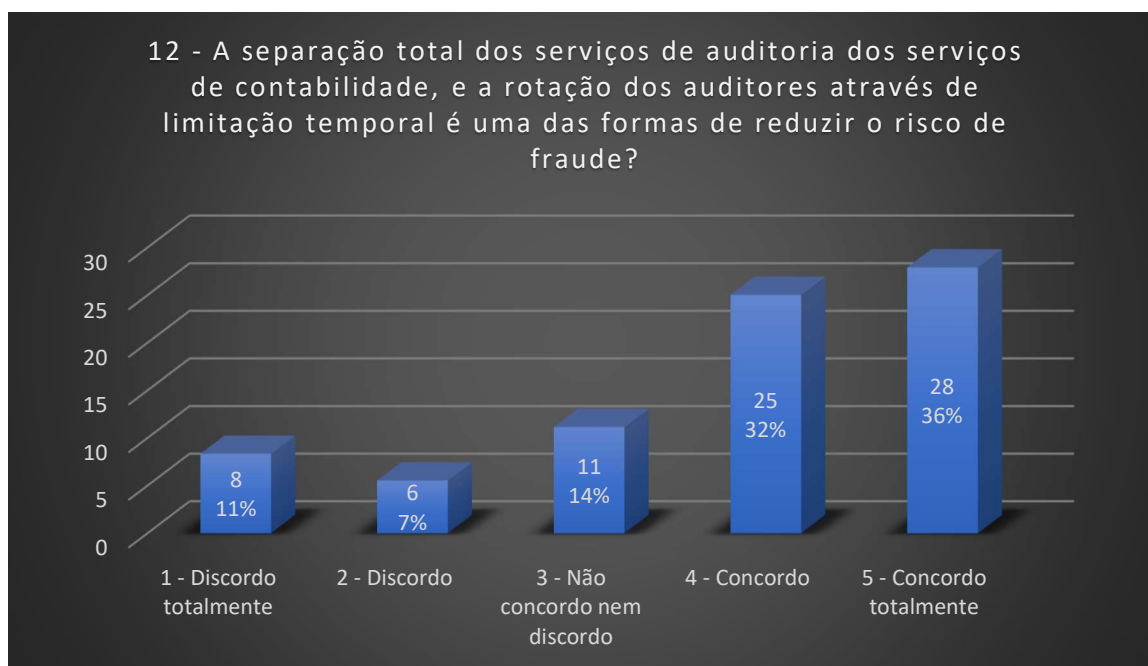


Gráfico 13: A separação total dos serviços de auditoria dos serviços de contabilidade, e a rotação dos auditores através de limitação temporal é uma das formas de reduzir o risco de fraude?

Fonte: Elaboração própria

Outro dos temas abordados foi a divisão total dos serviços de auditoria dos serviços de contabilidade e a rotação dos auditores de forma a diminuir o risco de fraude.

Nesta abordagem, 68% dos inquiridos (53 respostas) concordam que a divisão dos serviços e a rotação dos auditores conseguirá diminuir o risco de fraude, 18% (14 respostas) discordam que será umas das formas para que esse risco diminua e 11 inquiridos (14%) não têm uma opinião formada sobre o assunto.

Desta forma, concluímos que a separação total dos serviços de auditoria dos serviços de contabilidade e a rotação dos auditores, através de, limitação temporal reduzirá o risco de fraude, como podemos verificar no gráfico 13.

Número da questão**Questão do Questionário**

Q13	Das variáveis que se apresentam, qual a que considera mais preponderante à prática de um ato fraudulento, na tomada de decisão?
Q14	Qual a fraqueza de controlo que considera mais importante para a ocorrência de fraude?

Tabela 4: Questão 13 e 14

Fonte: Elaboração própria

Em continuação ao tema da fraude, é importante perceber qual das variáveis expostas é mais preponderante à prática de um ato fraudulento na tomada de decisão, assim como a fraqueza de controlo que será mais importante para a ocorrência do mesmo.

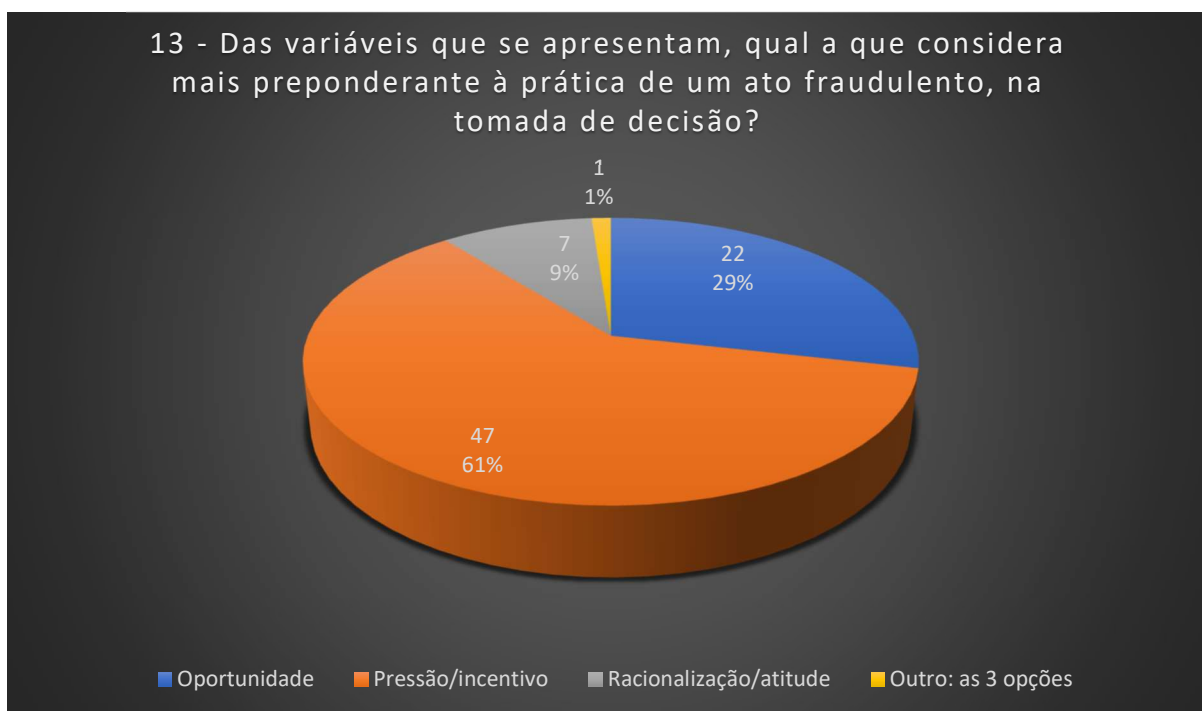


Gráfico 14: Das variáveis que se apresentam, qual a que considera mais preponderante à prática de um ato fraudulento, na tomada de decisão?

Fonte: Elaboração própria

Analisando as respostas obtidas através do gráfico 14, podemos concluir que a grande maioria, 47 inquiridos, 61% da amostra, indicam que a variável mais preponderante é a pressão/incentivo. 29% (22 respostas) indicam que é uma questão de oportunidade, enquanto que 9% (7 respostas) acreditam que será a racionalização/atitude. Apenas 1 % dos inquiridos (1 resposta) indicam que a variável mais preponderante à prática da fraude é uma junção das 3 variáveis apresentadas anteriormente.

Concluimos então desta questão que os inquiridos indicam que a variável mais preponderante à prática de um ato fraudulento será a pressão/incentivos a que o auditor está sujeito.

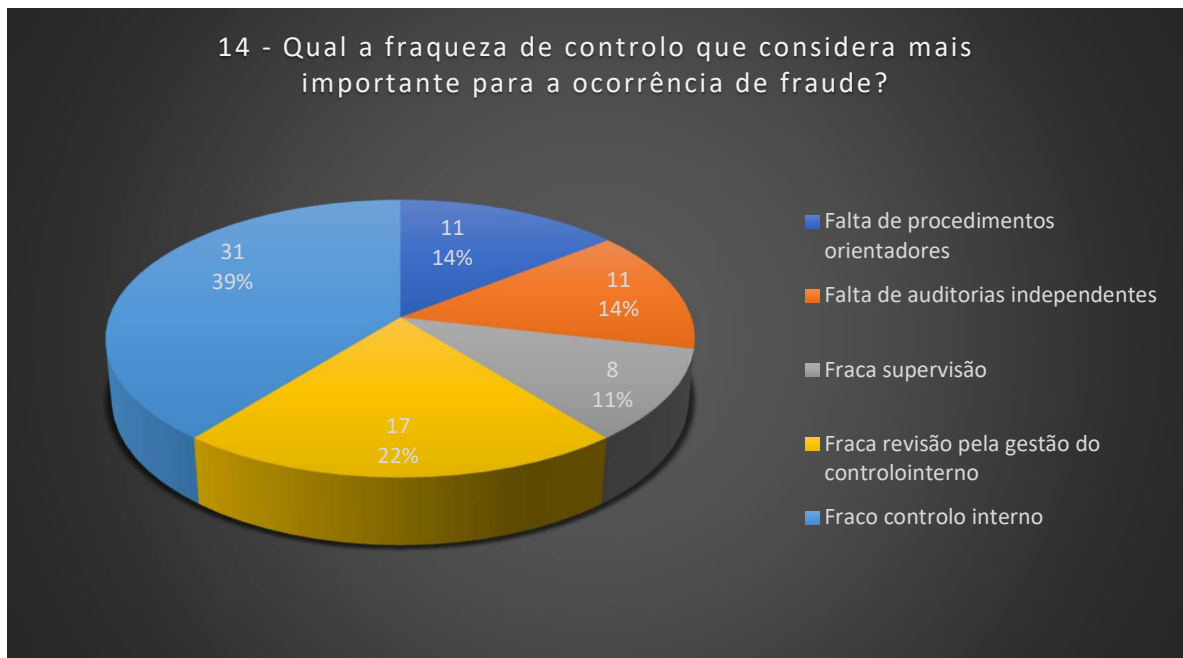


Gráfico 15: Qual a fraqueza de controlo que considera mais importante para a ocorrência de fraude?

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão 14, 39% dos inquiridos (31 respostas) indicam que a principal fraqueza de controlo para a ocorrência de fraude é o fraco controlo interno dentro das organizações. 22% (17 respostas) indicam que é a fraca revisão pela gestão do controlo interno. Ambas as fraquezas de controlo, a falta de auditorias independentes e a falta de procedimentos orientadores são relevados por 14% dos inquiridos (11 respostas), enquanto que apenas 8% (8 respostas) indicam que é a fraca supervisão.

Desta forma, concluímos, que a principal fraqueza de controlo mais importante para a ocorrência de fraude é o fraco controlo interno, como podemos comprovar com o gráfico 15.

Número da questão

Questão do Questionário

Q15	Já auditou uma instituição financeira?
Q16	Numa instituição financeira, os órgãos de administração poderão exercer influência na opinião emitida pelo Auditor?
Q17	A criação de um organismo independente ao órgão de gestão para remunerar os auditores, poderá prevenir influências externas na opinião emitida?

Tabela 5: Questão 15, 16 e 17

Fonte: Elaboração própria



Gráfico 16: Já auditou uma instituição financeira?

Fonte: Elaboração própria

Aprofundando mais na parte do setor financeiro, através da questão 15 (gráfico 16) concluímos que 50% dos inquiridos (39 respostas) já auditaram uma instituição financeira, enquanto que os outros 50% nunca o fizeram.

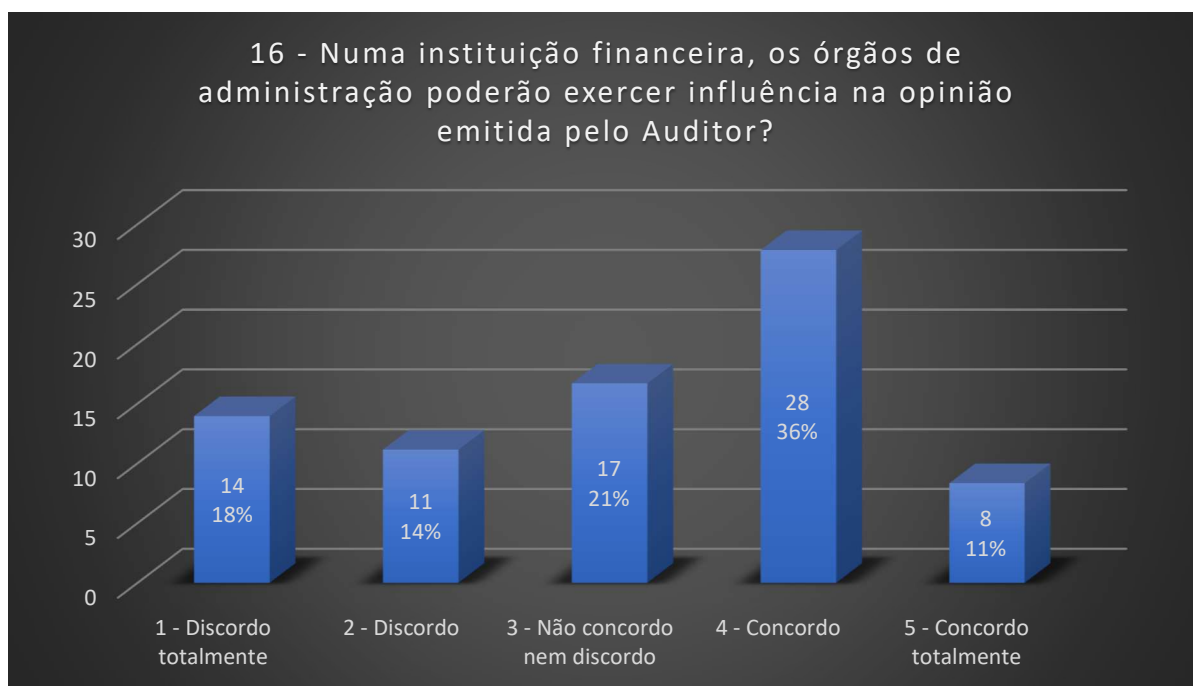


Gráfico 17: Numa instituição financeira, os órgãos de administração poderão exercer influência na opinião emitida pelo Auditor?

Fonte: Elaboração própria

Depois de analisarmos quantos inquiridos auditaram uma instituição financeira, é importante refletir se os órgãos de administração poderão, ou não, exercer influência na opinião emitida pelo auditor. 47 % (36 respostas) concordam que poderá existir, enquanto que 32% (25 respostas) afirmam o contrário. 17 inquiridos (21% da análise) não apresentam uma opinião formada.

Analisando o gráfico 17, concluímos que eventualmente poderá existir uma influência por parte dos órgãos de gestão na opinião emitida pelo auditor.

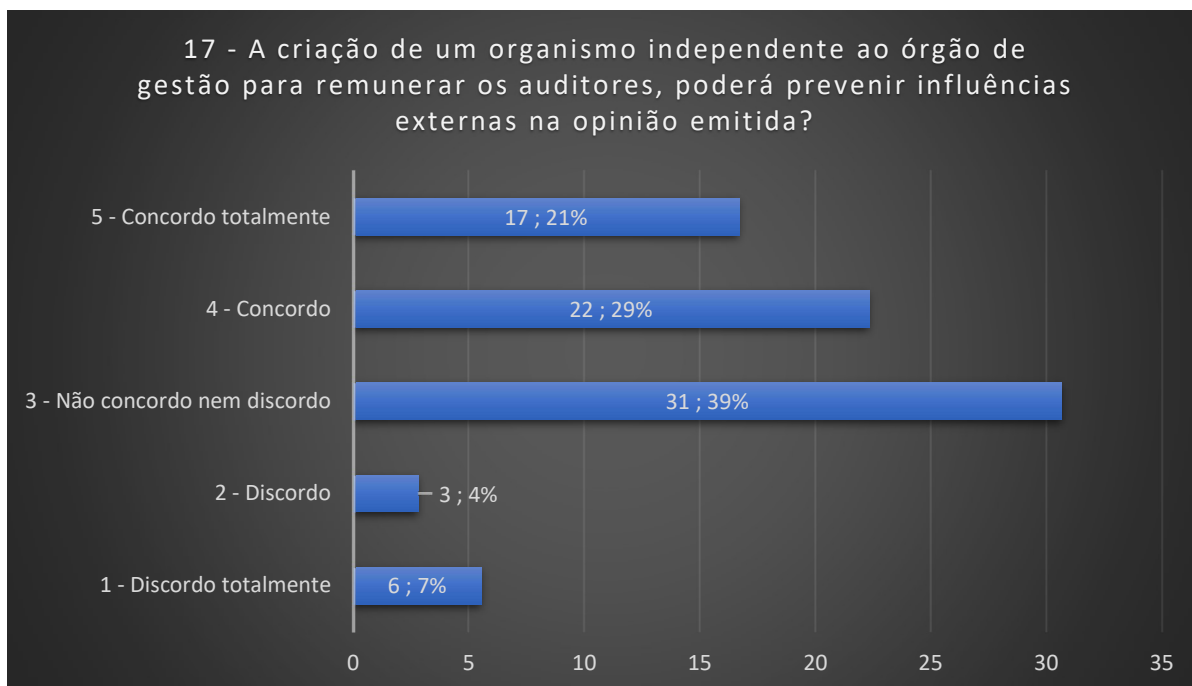


Gráfico 18: A criação de um organismo independente ao órgão de gestão para remunerar os auditores, poderá prevenir influências externas na opinião emitida?

Fonte: Elaboração própria

De forma a tentar encontrar soluções, questionamos os inquiridos se a criação de um organismo independente pudesse prevenir influências externas.

Analisando as respostas, concluímos que a 50 % dos inquiridos (39 respostas) concordam com a solução apresentada enquanto que 39% (31 respostas) não concordam nem discordam dessa mesma solução. Apenas 11% discorda (9 respostas) que a solução será eficaz.

Em suma, analisando os resultados, concluímos que os inquiridos concordam que, com a criação de um organismo independente ao órgão de gestão para remunerar os auditores, poderá prevenir influências externas na opinião emitida, como podemos comprovar no gráfico 18.

Número da questão

Questão do Questionário

Q18	Do seu ponto de vista, qual o esquema de fraude mais comum dentro de uma instituição financeira?
Q19	E qual esquema de fraude considera que tem mais impacto a nível de perdas?
Q20	Os paraísos fiscais, sendo países, regiões ou territórios com tributações privilegiadas serão locais facilitadores para a ocorrência de fraude?

Tabela 6: Questão 18, 19 e 20

Fonte: Elaboração própria

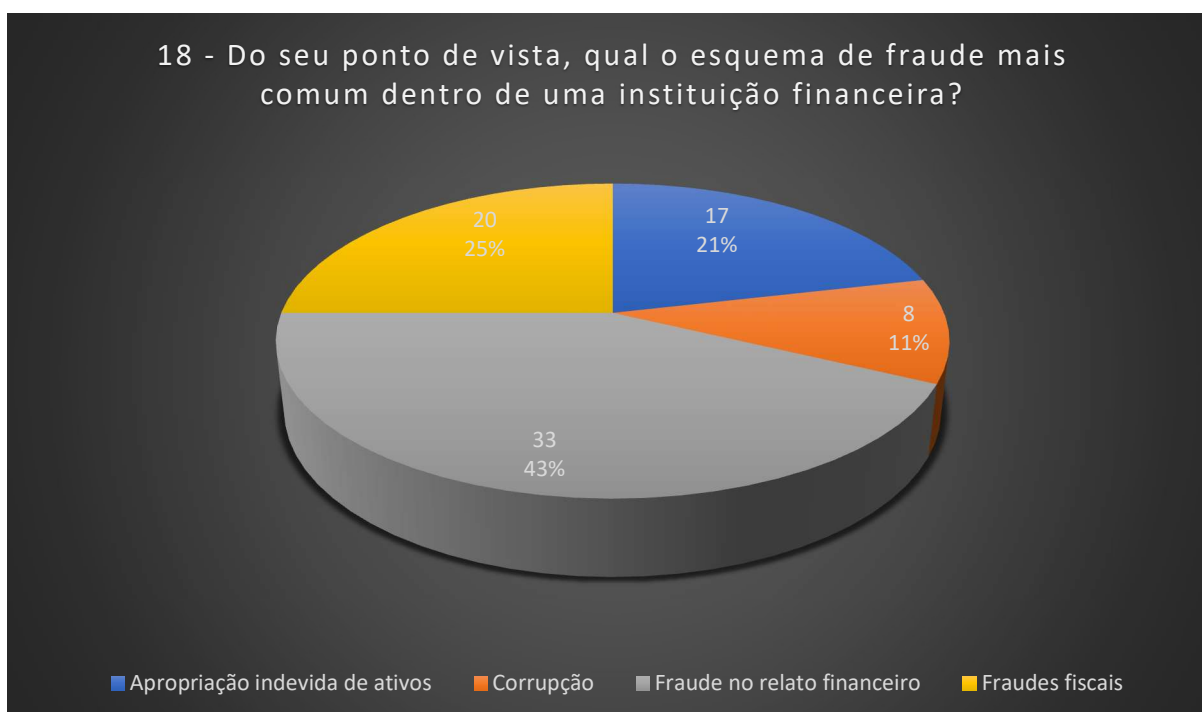


Gráfico 19: No seu ponto de vista, qual o esquema de fraude mais comum dentro de uma instituição financeira?

Fonte: Elaboração própria

Dentro das instituições financeiras, são várias os possíveis crimes de fraude.

Analisando o gráfico 20 referente à opinião dos inquiridos sobre a fraude mais comum dentro de uma instituição financeira, verificamos que a maioria, 43% dos inquiridos (33 respostas) indicam a fraude no relato financeiro como a mais comum. Com 25% (20 respostas) encontra-se a fraude fiscal, seguida da apropriação indevida de ativos com 21% (17 respostas). Apenas 8% dos inquiridos (8 respostas) indicam que a corrupção é a fraude mais comum.

Concluimos desta questão que a fraude mais comum, para os inquiridos, dentro de uma instituição financeira é a fraude no relato financeiro.

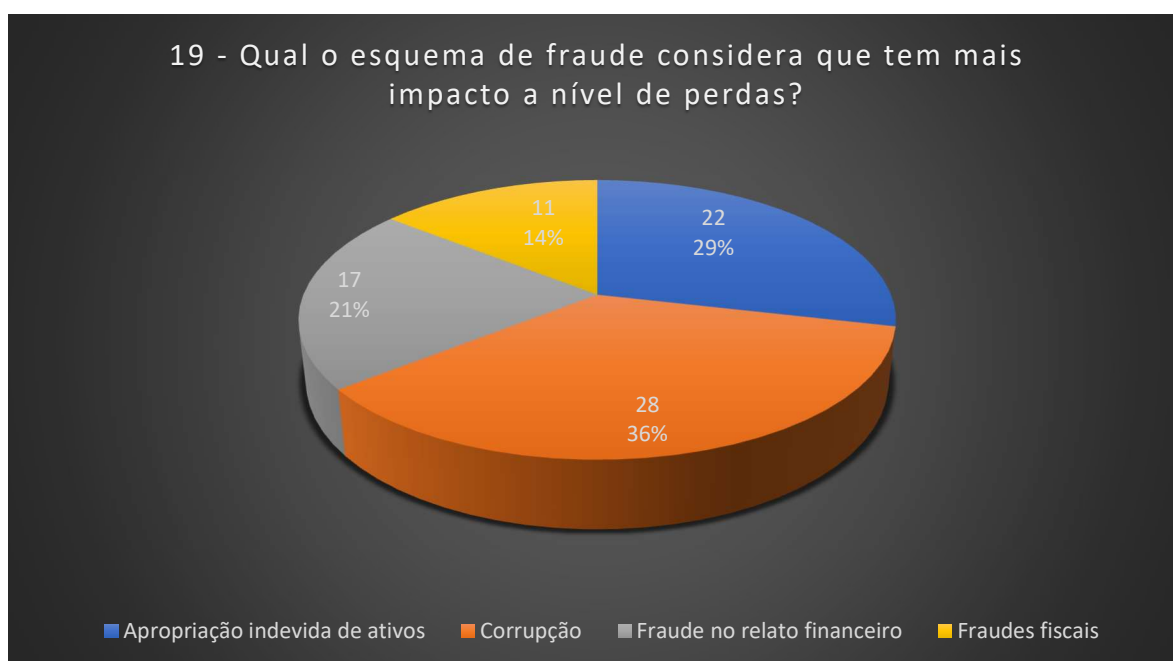


Gráfico20: Qual o esquema de fraude considera que tem mais impacto a nível de perdas?

Fonte: Elaboração própria

Em seguimento à questão anterior, era necessário entender qual das fraudes teria mais impacto a nível de perdas.

Segundo os inquiridos, 36% (28 respostas) indicam que a corrupção teria mais impacto a nível de perdas, seguido da apropriação indevida de ativos com 29% (22 respostas). 21% (17 respostas) indicam que é a fraude no relato financeiro e apenas 14% (11 respostas) indicam que são as fraudes fiscais.

Desta forma, concluímos que a corrupção é a que apresenta maior impacto a nível de perdas para uma instituição financeira.

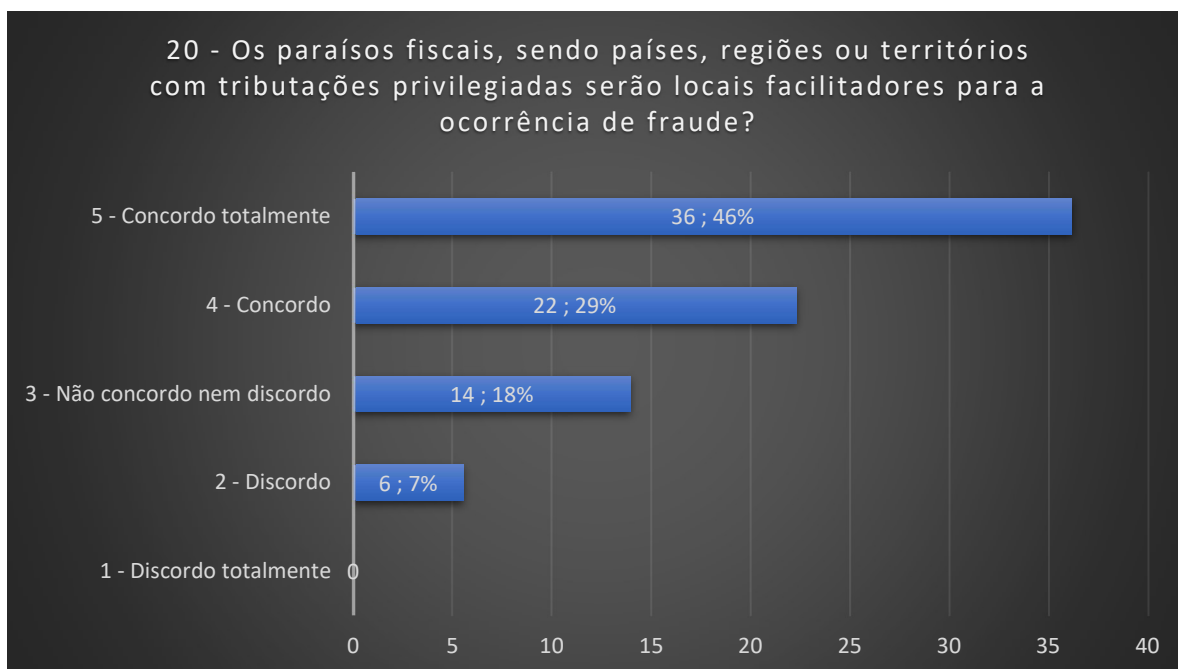


Gráfico 19: Os paraísos fiscais, sendo países, regiões ou territórios com tributações privilegiadas serão locais facilitadores para a ocorrência de fraude?

Fonte: Elaboração própria

Questionando os inquiridos se os paraísos fiscais, sendo países, regiões ou territórios com tributações privilegiadas se seriam locais facilitadores para a ocorrência de fraude, a grande maioria, com 75% (58 respostas), concorda que realmente são locais que facilitam a ocorrência de fraude e apenas 7% (6 respostas) discorda do tema. 18% (14 respostas) não apresentam nenhuma opinião.

Número da questão**Questão do Questionário**

Q21	Quem são normalmente, os principais responsáveis pelo crime de fraude dentro de uma instituição financeira?
Q22	Para si, quais os principais prejudicados aquando a ocorrência de uma fraude no setor bancário?

Tabela 7: Questão 21 e 22

Fonte: Elaboração própria

Como em todas as fraudes, existem sempre quem seja favorecido e quem seja desfavorecido na ocorrência da mesma.

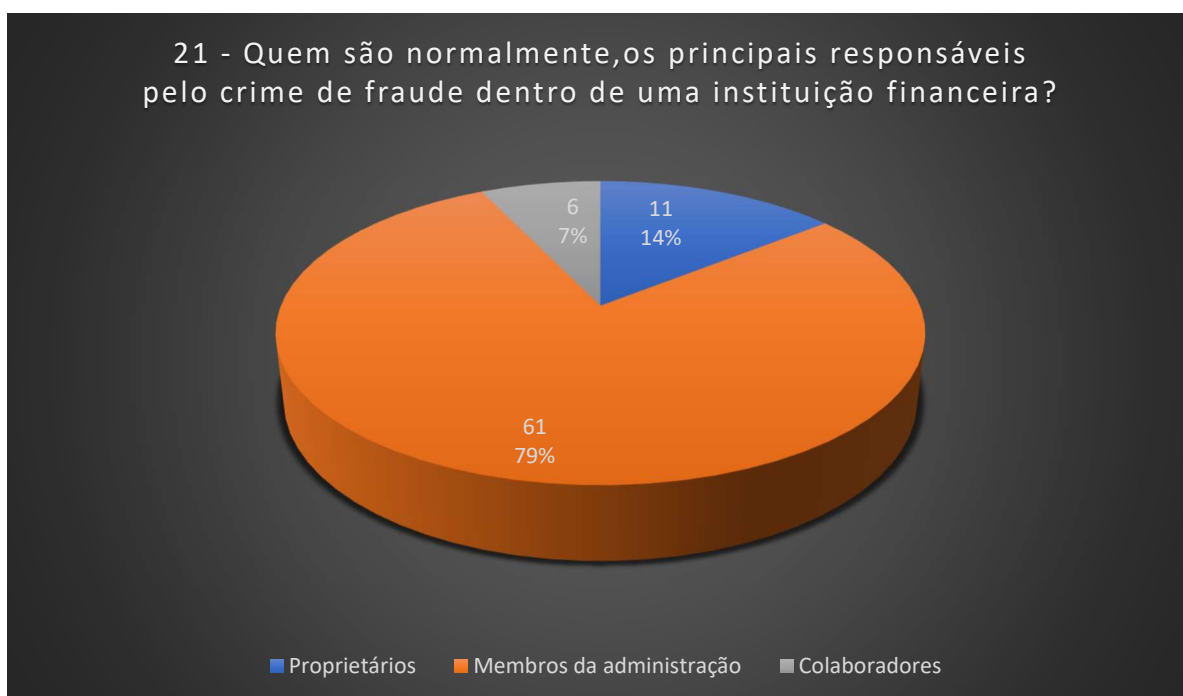


Gráfico 22: Quem são normalmente, são os principais responsáveis pelo crime de fraude dentro de uma instituição financeira?

Fonte: Elaboração própria

Segundo os inquiridos, 79% (61 respostas) consideram que os membros da administração são os grandes responsáveis pelo crime de fraude. Apenas 14% (11 respostas) indicam que são os proprietários e 7% (6 respostas) indica que são os colaboradores.

Em suma, analisando o gráfico 23, concluímos que os membros da administração são os principais responsáveis pela ocorrência do crime de fraude dentro de uma instituição financeira.

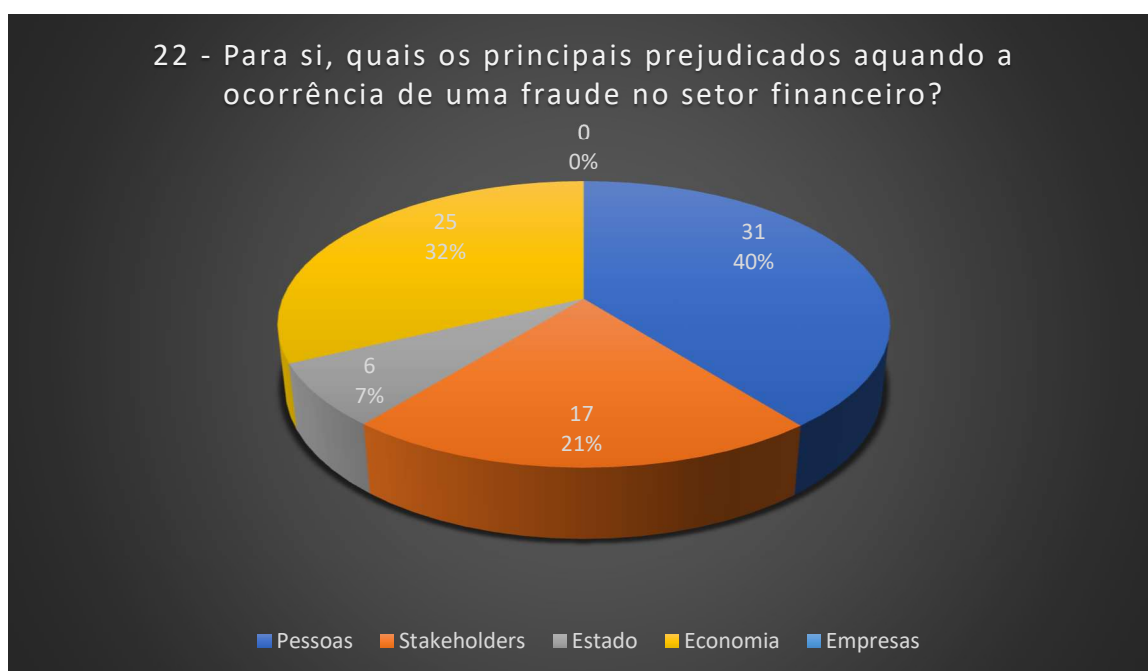


Gráfico 23: Para si, quais os principais prejudicados aquando a ocorrência de uma fraude no setor financeiro?

Fonte: Elaboração própria

Questionando quem são os principais prejudicados pela ocorrência de fraude, os inquiridos indicam, com 40% (31 respostas), que são as pessoas, 32% (25 respostas) que é a economia e 21% (17 respostas) que são os *Stakeholders*. Apenas 7% (6 respostas) indicam que é o Estado e nenhum dos inquiridos referenciou as empresas como os principais afetados com a ocorrência da fraude.

Assim, concluímos que os principais prejudicados aquando a ocorrência de uma fraude no setor financeiro são, sem margem para dúvida, as pessoas.

Número da questão

Questão do Questionário

Q23	Um crime de fraude nas instituições financeiras tem um impacto considerável na Economia e a tudo o que a esta envolve?
------------	---

Tabela 8: Questão 23

Fonte: Elaboração própria

De forma a concluir o inquérito, foi questionada a opinião dos inquiridos relativamente se um crime de fraude nas instituições financeiras era capaz de causar um impacto considerável na economia.

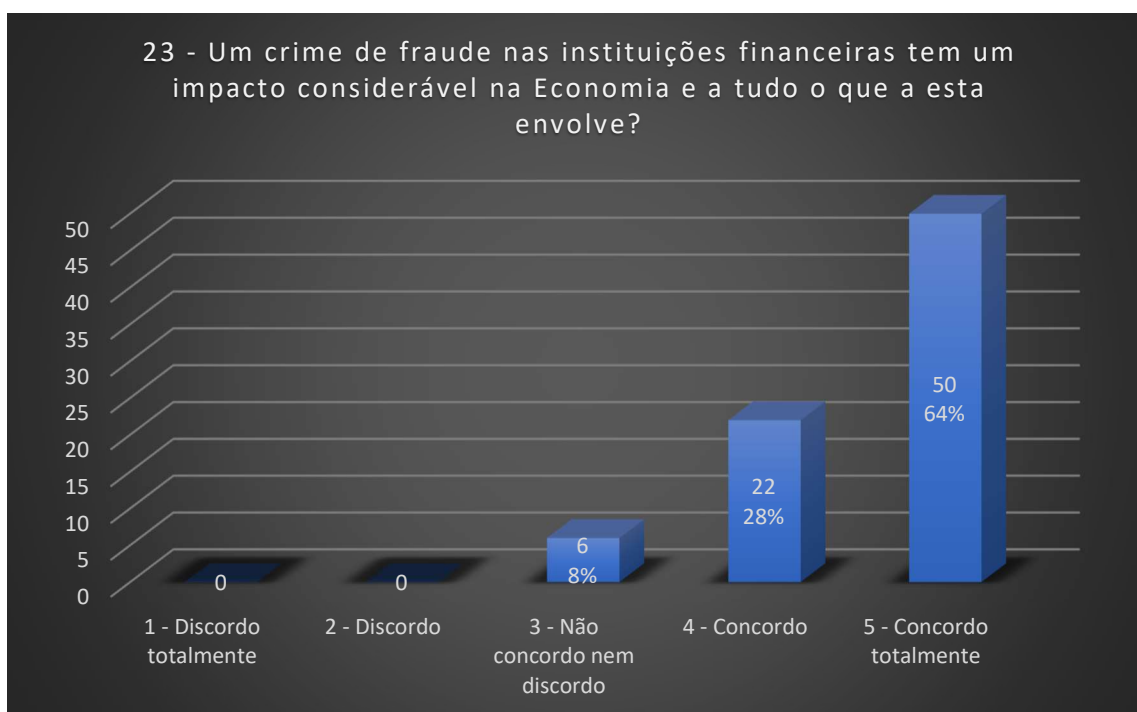


Gráfico 24: Um crime de fraude nas instituições financeiras tem um impacto considerável na Economia e a tudo o que a esta envolve?

Fonte: Elaboração própria

Analisando o gráfico 25, concluímos que 93% dos inquiridos (72 respostas) concordam que realmente afeta a Economia e, apenas 8% (6 respostas) indicam que não concordam nem discordam do assunto.

Concluindo, quase com unanimidade, um crime de fraude nas instituições financeiras realmente pode ter um impacto considerável na Economia e a tudo o que a esta envolve, como podemos analisar no gráfico 25.

Após a análise dos resultados obtidos através dos questionários, tornou-se fulcral uma análise sintetizada dos mesmos sob a forma de confirmação do modelo de análise. Para confirmação desse modelo de análise procedi à elaboração da tabela 9 onde confirmei o nível de concordância por questão, sendo que as questões supramencionadas na tabela em questão se encontram de acordo com a escala de *Likert* e apenas contemplam o somatório obtido das respostas da questão 7 à questão 23 e com resposta “concordo” e “concordo totalmente”.


Modelo de análise	Hipóteses	Questões de investigação	% Concordância na questão	% Questão na Hipótese	Confirmação por questão	% Confirmação de Hipóteses
50%	H1	7	97	0.25	24,250	33
		8	79	0.25	19,750	
		11	36	0.25	9,00	
		17	50	0.25	12,500	
50%	H2	10	61	0.25	15,250	31
		12	68	0.25	17,00	
		16	46	0.25	11,500	
		20	75	0.25	18,750	
100%						64

Tabela 9: Confirmação do modelo de análise

Fonte: Elaboração própria

Quer as hipóteses quer as questões de investigação levantadas anteriormente levaram à formulação das questões do questionário que foram a base para a construção da tabela acima. As questões em causa foram formuladas, maioritariamente, questionando os inquiridos acerca de suposições sobre a importância dos auditores para as organizações, a independência do auditor, a existência de uma relação seja ela de que natureza for entre

auditor e auditado, a função do auditor, o papel dos auditores face à fraude e o impacto da fraude nas instituições financeiras assim como na Economia. Da confirmação do modelo de análise concluímos que o nível de concordância dos inquiridos acerca da importância da auditoria para o setor bancário é validado por 64%.

O fato de este valor ser elevado face à pertinência dos temas envolvidos indica-nos que o tema realmente é pertinente e que as opiniões vão de encontro com o estudo realizado.

CONCLUSÃO

Todos os escândalos que surgiram nos últimos tempos levaram a uma reflexão sobre o desempenho da profissão do auditor. O abalo provocado pelos escândalos a que o mundo assistiu, mostrou a necessidade de efetivar medidas estruturais e mecanismos de supervisão.

Através da revisão da literatura efetuada, muitos foram os estudos efetuados pelos autores, no que refere à fraude. Atendendo às características da fraude, uma auditoria adequadamente executada, não garante que as fraudes materialmente relevantes, sejam devidamente detetadas. Apesar dos inquiridos relatarem uma opinião contrária, com a evolução da auditoria, verificamos que a deteção de fraude deixou de ser o principal objetivo, passando a atentar na verificação e conformidade da elaboração das demonstrações financeiras, aumentando a confiança dos utilizadores. Verifica-se assim que a responsabilidade principal do auditor não é a deteção de fraude, cabendo essa tarefa aos encarregados de governação da entidade e órgãos de gestão. Assim a principal discussão entre os utilizadores das demonstrações financeiras prende-se com o conceito de desempenho e de auditoria, formando diferenças entre o que os utilizadores das demonstrações financeiras acreditam ser as responsabilidades dos auditores, e o que os auditores julgam ser as suas responsabilidades. A responsabilidade da fraude deve ser imputada a quem comete, e não a quem, não a deteta, desde que a prova de auditoria seja suficiente e apropriada.

Ao analisarmos ao pormenor o setor financeiro, mais precisamente o setor bancário, verificamos uma grande importância que este tem para a Economia global pois um sistema financeiro eficiente é essencial para o crescimento sustentado da Economia.

Desta forma, a função dos auditores dentro deste setor é de extrema importância pois o não alcance dos objetivos, o mau controlo interno, uma fraude não detetada, uma não conformidade nas demonstrações financeiras apresentadas entre outros exemplos, pode vir a ter consequências catastróficas em cadeia.

Os inquiridos foram quase unânimes em relação ao tema, tanto no facto de a auditoria ser importante para o setor bancário, assim como do facto de uma fraude dentro desse setor conseguir ter impacto na Economia.

Começando pela primeira parte, a auditoria e a sua função, é essencial para o alcance dos objetivos definidos pela entidade, tanto para delinear o caminho a seguir, como para demonstrar confiança perante todos os interessados. Desta forma seguimos para um dos temas mais debatidos na auditoria e que é um dos pilares da mesma, a independência do auditor. Para um auditor prestar o seu serviço de uma forma mais transparente, necessita de ser independente nas suas funções, não sofrendo pressões do seu meio envolvente, o que muitas vezes se torna complicado devido, por exemplo, à confiança com a entidade auditada ou até mesmo por interesse pessoal.

A segunda parte diz respeito à fraude e ao impacto da fraude dentro do setor bancário. Através deste estudo, foi possível perceber quais os tipos de fraudes mais comuns dentro das instituições assim como aquelas que causariam mais impacto, como é o caso da fraude no relato financeiro, assim como da corrupção que tanto pode envolver membros da administração, auditores, proprietários e até mesmo colaboradores. Foi também verificado que o fraco controlo interno dentro das organizações, a fraca revisão pela gestão do controlo interno, a falta de procedimentos orientadores assim como a falta de auditorias independentes são as principais fraquezas de controlo para a ocorrência do ato fraudulento.

Concluindo, fazendo uma reflexão com base na confirmação do modelo de análise, verificou-se uma concordância maioritária por parte dos inquiridos tanto na primeira, como na segunda hipótese. Simplificando, das 8 questões que constituíram as hipóteses, apenas em duas delas não houve uma concordância superior a 50%. Assim, com a somatório da confirmação por questão, multiplicado pelo peso da hipótese no modelo de análise, obtemos uma percentagem de 64%, confirmando assim o modelo de análise realizado. Desta forma, determinamos que a função do auditor confere credibilidade às demonstrações financeiras caso tenham as condições necessárias para a execução das suas tarefas assim como o ato fraudulento dentro das instituições bancárias poderá estar na origem de uma crise financeira que, por sua vez, poderá afetar a Economia, sendo as pessoas as mais prejudicadas por esta situação, como pudemos comprovar através dos casos reais de impactos na Economia supramencionados.

Limitações do estudo

O presente estudo apresentou algumas limitações, nomeadamente, o facto de existir ainda pouca informação concreta relativamente aos riscos emergentes e no âmbito da auditoria interna.

A maior limitação verificada está relacionada com a resistência dos ROC, TOC, AI em colaborarem nesta investigação, uma vez que o inquérito foi partilhado em espaços a que milhares de profissionais qualificados têm acesso, e a amostragem verificada foi bastante reduzida para o que era esperado e, se talvez, esses profissionais aparecessem em maior escala, as hipóteses estabelecidas seriam muito mais assertivas.

Pistas para investigações futuras

Sugere-se o desenvolvimento do tema da fraude, implicando os órgãos de gestão e os auditores, envolvendo um estudo comparativo entre setores de atividade diferentes e usando métodos qualitativos de análise. Outro tema que se verificou interessante desenvolver, refere-se ao estudo da fraude e a sua conexão/implicação com os auditores, no pressuposto da prestação de serviços para além da auditoria, à mesma entidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas

- Albrecht, et al. (1994). *Reducing the cost of fraud*. The Internal Auditor.
- Albrecht, Steve W, Chad O, Conan C, Zimbelman, Mark M. (2012). *Fraud Examination - 4ª Edição*. South-Western: Cengage Learning.
- Almeida, B. J. (2005). *Auditoria e Sociedade - Diferenças de Expectativas*. Lisboa: Publisher Team.
- Almeida, Bruno; TABORDA, Daniel. (2003). *A Fraude em Auditoria: Responsabilidade dos Auditores na sua deteção*. Revisores e Empresa.
- Almeida, José J. Marques; TABORDA, Daniel M. Geraldo. (2004). *A auditoria forense: um instrumento privilegiado para a deteção de fraudes*. Lisboa: Revista Fisco.
- Almeida, M.C. (2003). *Auditoria: Um curso moderno e completo*. São Paulo: Atlas.
- Bailey, L. (2002). *GAAS Guide: A comprehensive restatement of standars for auditing, attestation, compilations, and review*. New York: Aspen Law & Business.
- Bell, J. (1993). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bierstaker, J; Brody, R; Pacini, C. (2006). Accountants perceptions regarding fraud detection and prevention methods. *Managerial Auditing Journal*, 520-535.
- Bogdan, R e Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- C., Prodanov; E., Freitas. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico (2ª ed.)*. Brasil: Editora Feevale.
- CMVM. (25 de Novembro de 2021). *cmvm.pt*. Obtido de cmvm.pt: www.cmvm.pt
- COSO. (2007). *Gerenciamento de Riscos Cooperativos - Estrutura Integrada*.
- Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira. 9ª edição*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Fortin, M. F. (2006). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Lisboa: Lusodidacta.
- Franco H & Marra, E. (2001). *Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria*. Atlas.

- Golden, T.; Skalak, S. e Clayton, M. (2005). *A Guide to Forensic Accounting Investigation*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Gonçalves, S. (2011). Fraude de Relato Financeiro. *Revisores e Auditores*, 12-21.
- Gray, L., & Manson, S. (2001). *The Audit Process - Principles, practice and cases*. London: Thomson Learning.
- IIA. (2017). *The IIA*. Obtido de <https://na.theiia.org/standards-guidance/recommended-guidance/practice-guides/Pages/Assessing-the-Risk-Management-Process-Practice-Guide.aspx>
- Instituto Português de Auditoria Interna. (2009). *Enquadramento Internacional de Práticas Profissionais de Auditoria Interna*. Obtido de The Institute of Internal Auditors: <https://www.ipai.pt/index.php>
- Jurinski, J., & Lippman, E. (1999). Preventing Financial Fraud. *Strategic Finance*, April, 64-67.
- King, R., & Levine, R. (1993). Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. *Journal of Economics*, 717-738.
- Lucca De Paoly and Jeremy Hill. (2022). The Last of Lehman Brothers. *Bloomberg*.
- Morais, G & Martins, I. (2013). *Auditoria Interna Função e Processo (4ª ed.)*. Lisboa: Áreas Editora.
- Pinheiro, C. (2013). *Acrescentar valor à organização com a Auditoria Interna*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- Portugal, B. d. (20 de Novembro de 2021). *bpstat.bportugal.pt*. Obtido de bpstat.bportugal.pt: <https://bpstat.bportugal.pt/>
- Postic, M. (1990). *Observação e Formação de Professores*. Coimbra: Almedina.
- Quivy, L., & Campenhoudt, R. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais - Trajetos*. Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda.
- Reis, J. (2009). *Revisão e Auditoria às Contas, Intervenções do Bastonário*. Coimbra: Almedina.

- Richardson, M. J. (1989). Drawing inferences from statistics based on multiyear asset returns. *Journal of financial economics*, 323-348.
- Sá, S. P. (2018). *Avaliação da auditoria interna e do sistema de controlo interno nas Instituições de Ensino Superior – Estudo de caso: Universidades e Politécnicos*. Porto.
- Schumpeter, J. A. (1959). *The Theory of Economic Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Singleton, T. W., e Singleton, A.J. (2010). *Fraud Auditing ans Forensic Accounting (Fourth Edi)*. John Wiley & Sons, Inc.
- Sousa, M J, & Baptista, C S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações*,. Lisboa: Pactor.

APÊNDICES

Apêndice I – Questionário

A importância da Auditoria para o setor bancário

O meu nome é João Moreira, sou aluno do Mestrado de Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP, <https://www.iscap.ipp.pt/>) e encontro-me neste momento a elaborar a minha dissertação, subordinado ao tema supramencionado sob a orientação da Exma. Professora Doutora Alcina Portugal Dias, do ISCAP.

O objetivo deste estudo passa por evidenciar a importância da Auditoria num setor tão importante para a Economia como o setor bancário, em ênfase no processo de auditoria na gestão do risco, nomeadamente o risco de fraude, no delinear da estratégia de negócio e na condução dos trabalhos para a concretização dos objetivos das instituições financeiras e, demonstrar a importância do sistema de controlo interno e do controlo externo neste processo e como parte fundamental na mitigação do risco.

Todas as respostas são totalmente anónimas (isto é, não podem ser identificadas aos seus respondentes) e destinam-se a ser utilizadas apenas para fins académicos.

Este inquérito é composto por questões de resposta rápida, sendo que a sua realização tomar-lhe-á apenas alguns minutos.

Caso tenha alguma questão ou comentário sobre o questionário pode contactar-me utilizando o e-mail: jmoreira97@hotmail.com.

1 - Género *

- Masculino
- Feminino
- Outro

2 - Idade *

- <30
- 30-40
- 41-50
- >50

3 - Habilitações literárias *

- Até 12º ano
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

4 - Área de formação *

- Ciências económicas e financeiras
 - Outros ramos científicos
-

5 - Atividade profissional *

- Auditor interno
 - Auditor externo (ROC)
 - Auditor externo (Não ROC)
 - Outra profissão
-

6 - Experiência profissional *

- <5 anos
- 5-10 anos
- 16-20 anos
- >20 anos

7 - A função de um auditor é essencial tanto para atingir os objetivos da entidade como para demonstrar transparência perante os interessados? *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

8 - Os auditores são independentes nos exercícios das suas funções ou têm condições para tal? *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

9 - Na sua opinião, quais as principais ameaças à independência do auditor? *

- Interesse pessoal
- Familiaridade
- Confiança com a entidade auditada
- Honorários
- Prestação de serviços similares ou que se sobrepoem
- Outro: _____

10 - O auditor é o principal agente na deteção de fraude? *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

11 - Quanto maior forem os honorários que os auditores recebem comparado com a concorrência, maior será a probabilidade de emitirem uma certificação legal de contas não modificada. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

12 - A separação total dos serviços de auditoria dos serviços de contabilidade e a rotação dos auditores, através de, limitação temporal é uma das formas de reduzir o risco de fraude? *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

13 - Das variáveis que se apresentam, qual a que considera mais preponderante á prática de um ato fraudulento, na tomada de decisão? *

- Oportunidade
- Pressão/incentivo
- Racionalização/atitude
- Outro: _____

14 - Qual a fraqueza de controlo que considera mais importante para a ocorrência de fraude? *

- Falta de procedimentos orientadores
- Falta de auditorias independentes
- Fraca supervisão
- Fraca revisão pela gestão do controlo interno
- Fraco controlo interno
- Outro: _____

15 - Já auditou uma instituição financeira? *

Sim

Não

16 - Numa instituição financeira, os órgãos de administração poderão exercer influência na opinião emitida pelo Auditor? *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

17 - A criação de um organismo independente ao órgão de gestão para remunerar os auditores, poderá prevenir influências externas na opinião emitida? *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

18 - No seu ponto de vista, qual o esquema de fraude mais comum dentro de uma instituição financeira? *

- Apropriação indevida de ativos
- Corrupção
- Fraude no relato financeiro
- Fraudes fiscais
- Outro: _____

19 - E qual esquema de fraude considera que tem mais impacto a nível de perdas? *

- Apropriação indevida de ativos
- Corrupção
- Fraude no relato financeiro
- Fraudes fiscais
- Outro: _____

20 - Os paraísos fiscais, sendo países, regiões ou territórios com tributações privilegiadas *
serão locais facilitadores para a ocorrência de fraude?

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

21 - Quem, normalmente, são os principais responsáveis pelo crime de fraude dentro de *
uma instituição financeira?

- Proprietários
- Membros da administração
- Colaboradores
- Outro: _____

22 - Para si, quais os principais prejudicados aquando a ocorrência de uma fraude no setor *
bancário?

- Pessoas
 - Stakeholders
 - Estado
 - Economia
 - Empresas
 - Outro: _____
-

23 - Um crime de fraude nas instituições financeiras tem um impacto considerável na *
Economia e a tudo o que a esta envolve?

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

Apêndice II – Email OROC

FW: Dissertação de Mestrado - A importância da Auditoria para o setor bancário



OROC - Secretariado Órgãos Sociais <sec.orgsociais@oroc.pt>

09/06/2022 15:08

Para: jmoreira97@hotmail.com

Exmo. Senhor Dr. João Moreira

Informo que o questionário foi publicado como solicitado no seguinte link:

<https://www.oroc.pt/publicacoes/outras-divulgacoes/questionarios-aos-roc/>

Com os melhores cumprimentos,

Mariana Suzana | Secretariado dos Órgãos Sociais

Morada: Rua do Salitre, 51/53 - 1250-198 Lisboa
T (+351) 21 353 61 58

www.oroc.pt
geral@oroc.pt



ANOS DE PROFISSÃO
ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS
Integridade. Independência. Competência.

Apêndice III – Email OCC



Resumo

Registo de Saída SE20220615/071388
Assunto Dissertação de Mestrado - A importância da Auditoria para o setor bancário
Email jmoreira97@hotmail.com
Data de envio 2022-06-15 11:20:06.0

Percurso

Data / Hora	Departamento	Acção
2022-06-08 23:20	Expediente e Correio	
2022-06-09 07:30	A Bastonária	
2022-06-09 10:59	Assessoria Área Jurídica	
2022-06-09 10:59	Assessoria Área Jurídica	
2022-06-09 12:10	Assessoria Área Jurídica	
2022-06-09 12:24	A Bastonária	
2022-06-09 12:31	Comunic. e Imagem	
2022-06-09 16:59	Comunic. e Imagem	Resposta
2022-06-15 11:07	Comunic. e Imagem	
2022-06-15 11:07	A Bastonária	Aprovação

Pergunta 2022-06-08 23:20

Mensagem via entrada de correspondência

Resposta 2022-06-15 11:07

Exmo. Senhor João Moreira

Antes de mais agradeço a sua mensagem.

Informo que o seu inquérito já está divulgado no site da Ordem e na nossa página de Facebook:

<https://www.occ.pt/pt/noticias/inquerito-a-importancia-da-auditoria-para-o-setor-bancario/>

Desejo as maiores felicidades para a sua investigação

Cumprimentos

Nuno Silva - DCI